



**MANO PEDRO**  
SOCIOAMBIENTALISMO,  
ECOLOGIA DE SABERES E ARTESANIAS  
DAS PRÁTICAS NA AMAZÔNIA

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

**288**

SENADO FEDERAL



## Conselho Nacional das Populações Extrativistas

O Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS foi fundado em outubro de 1985, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília. A partir de 2009, quando da realização do 2º Congresso das Populações Extrativistas da Amazônia e o 8º Encontro Nacional, em Belém, mais de 400 lideranças extrativistas dos nove estados da Amazônia aprovaram a mudança do nome da entidade para Conselho Nacional das Populações Extrativistas, mantendo a mesma sigla CNS. **Pedro Ramos** é um dos fundadores do CNS.

### Memorial Chico Mendes – MCM

O Memorial Chico Mendes foi criado no dia 12 de julho de 1996 pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), com o objetivo de divulgar, em nível nacional e internacional, as ideias e da luta de Chico Mendes e apoiar as comunidades agroextrativistas do Brasil. Em 4 de maio de 1997 a entidade foi registrada passando a existir juridicamente.

## EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Publicada desde 2003, a série Edições do Senado Federal apresenta títulos de interesse público dos mais variados temas, tais como História, Literatura e Direito. Com quase trezentos títulos, a série reúne autores de renome, a exemplo de Otto Maria Carpeaux, Luís Edmundo, Francisco Adolfo Varnhagen e Juscelino Kubitschek.

As obras são editadas pelo Conselho Editorial do Senado Federal (CEDIT), órgão criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997 com a finalidade de formular e implementar a política editorial do Senado Federal.

O Conselho Editorial recebe, para avaliação editorial e de mérito, propostas que estejam em consonância com as linhas editoriais de seu regimento interno. O autor interessado em publicar por meio do Conselho Editorial deve encaminhar seu manuscrito acompanhado da proposta de publicação para: [cedit@senado.leg.br](mailto:cedit@senado.leg.br).

Para mais informações, acesse:  
[senado.leg.br/conselhoeditorial.asp](http://senado.leg.br/conselhoeditorial.asp)

Mano Pedro

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2021–2022

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Romário

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Irajá

1º SECRETÁRIO

Senador Elmano Férrer

2º SECRETÁRIO

Senador Rogério Carvalho

3º SECRETÁRIO

Senador Weverton Rocha

4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador Jorginho Mello

Senadora Eliziane Gama

Senador Luiz do Carmo

Senador Zequinha Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alcinéa Cavalcante

Aldrin Moura de Figueiredo

Ana Luísa Escorel de Moraes

Ana Maria Martins Machado

Carlos Ricardo Caichiolo

Cid de Queiroz Benjamin

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Eduardo Bueno

Elisa Lucinda dos Campos Gomes

Fabício Ferrão Araújo

Heloisa Starling

Ilana Feldman Marzochi

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Ladislau Dowbor

Márcia Abrahão Moura

Rita Gomes do Nascimento

Toni Carlos Pereira

Marco Antonio Chagas

# Mano Pedro

Socioambientalismo, ecologia de saberes e  
artesanias das práticas na Amazônia

Edições do Senado Federal  
vol. 288

Brasília, 2021

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL  
VOL. 288

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização e Revisão: Cristiano Ferreira e SEGRAF

Editores eletrônicos: SEGRAF

Ilustração de capa: SEGRAF

Projeto gráfico: Eduardo Franco

© Senado Federal, 2021

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

[cedit@senado.gov.br](mailto:cedit@senado.gov.br)

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

Todos os direitos reservados

---

Chagas, Marco Antonio.

Mano Pedro : socioambientalismo, ecologia de saberes e artesanias das práticas na Amazônia / Marco Antonio Chagas. — Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2021.

142 p. — (Edições do Senado Federal ; v. 288)

ISBN: 978-65-5676-169-5

1. Proteção ambiental, Amazônia. 2. Ambientalismo, aspectos sociais, Amazônia. 3. Trabalhador rural, Amapá. 4. Biografia, Amapá. 5. Ramos, Pedro. I. Título. II. Série.

CDD 333.72

---

## CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS

O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) foi fundado em outubro de 1985, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília. A partir de 2009, por ocasião da realização do 2º Congresso das Populações Extrativistas da Amazônia e o 8º Encontro Nacional dos Seringueiros, em Belém, mais de 400 lideranças extrativistas dos nove estados da Amazônia aprovaram a mudança do nome da entidade para Conselho Nacional das Populações Extrativistas, mantendo a mesma sigla CNS. **Pedro Ramos** é um dos fundadores do CNS.



## SUMÁRIO

DE MANO PRA MANO	11
CARTA PARA O AMIGO CHICO MENDES	
<i>Pedro Ramos de Sousa</i>	
CARTA AO MANO PEDRO	13
<i>Maria Cecília</i>	
APRESENTAÇÃO	15
PEDRO RAMOS: HISTÓRIA DE UM TRABALHADOR RURAL, ATIVISTA SOCIOAMBIENTAL E DEFENSOR DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA	
<i>Marco Antonio Chagas</i>	
Entrevistas e a Metodologia da Pavulagem	19
PEDRINHO DA AMAZÔNIA	23
<i>Antonio Sérgio Monteiro Filocreão</i>	
PARTE I PEDRO, FILHO DAS ILHAS DA FOZ DO RIO AMAZONAS	31
NASCIMENTO, FAMÍLIA E ESTUDO	
A ilha	32
A fé	32
PARTE II COMO VIREI TERRORISTA	35
EMILIANO DE BRITO E CHAGUINHA	
Organização dos trabalhadores do Amapá	36
O Golpe de 1964 e o terrorista	39
A prisão	40
PARTE III “AU REVOIR”	43
EXÍLIO EM CAIENA, GUIANA FRANCESA	

Perrengue-moi	44
Fraternité	46
PARTE IV ESCONDAM-SE, LÁ VEM O PEDRINHO DA SOCEAP	49
DE VOLTA AO AMAPÁ, O FIM DO EXÍLIO	
Início da organização dos trabalhadores rurais do Amapá	50
Sociedade Central dos Agricultores do Amapá	52
Racha da extensão rural: pecuaristas <i>versus</i> pequenos produtores rurais	56
PARTE V APOIO DA IGREJA E A SOCEAP	61
A IGREJA	
Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá	61
Bandeiras da SOCEAP	62
Inimigos da SOCEAP	63
Aliados da SOCEAP	63
Comissão Pastoral da Terra no Amapá	64
Sandro Gallazzi e os padres católicos	64
Fim da SOCEAP	65
PARTE VI “PARA O POBRE TODA DESGRAÇA É POUCA”	67
CRIAÇÃO DA COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES DO AMAPÁ	
Destituição da presidência da COMAPA	68
Reaproximação com a Igreja	70
Fim da COMAPA	70
PARTE VII PEDRO E TOMÉ PRESOS PELA POLÍCIA FEDERAL	71
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO AMAPÁ	
Pedro e Tomé presos pela Federal	72
Atuação no movimento político dos trabalhadores em nível nacional	73

Central Única dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores	74
Criação do Partido dos Trabalhadores	75
PARTE VIII LUTA PELA TERRA E O CNS	77
ORGANIZAÇÃO SINDICAL	
Capiberibe, secretário de Agricultura do Amapá	79
Criação do INCRA no Amapá	79
Conselho Nacional dos Seringueiros	81
Wilson Pinheiro, Chico Mendes e Ailton Krenak	82
PARTE IX TINHA UMA RESEX NA ESTRADA DO BARCELLOS	85
CENÁRIO DA LUTA DE PEDRO NO SUL DO AMAPÁ	
RESEX do Rio Cajari e impactos da BR-156, trecho Macapá-Jari	87
Audiência pública em Laranjal do Jari, no Sul do Amapá	89
Agressão	89
Negociação pelos impactos da estrada	91
PARTE X RESEX DO RIO CAJARI	93
CONFLITOS PELA TERRA	
“A gente rouba de nós mesmos, mano!”	95
Pedro e Filocreão no Sul do Amapá	95
Sebastião Araújo Castelo, o Brás	98
Proposta da RESEX	100
Estratégia: “promete um prêmio para o presidente do IBAMA”	102
Apoio e gestão da RESEX	103
Atuação do IBAMA	110
Novas lideranças	112
Capital social	115
Invasão na RESEX	115
Conhecimento científico e ecologia de saberes	116
Baixo e Alto Cajari	119
Potencial dos castanhais	122
Mineração no assentamento	123

“Tem que explodir o INCRA!”	124
Sustentabilidade da RESEX	126
PEDRO RAMOS CONTINUA NA LUTA	128
...E NA RESISTÊNCIA!	129
SOMOS TODOS PEDRO RAMOS DEPOIMENTOS	130
CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA PARA O PEDRO RAMOS DE SOUSA	133
GLOSSÁRIO	134
EQUIPE	141
O autor	141
O entrevistador	141
O ilustrador	142

# DE MANO PRA MANO

## CARTA PARA O AMIGO CHICO MENDES

*Pedro Ramos de Sousa*<sup>1</sup>

Mano Chico, seu nome hoje é símbolo da luta dos seringueiros, dos ambientalistas; é símbolo do desenvolvimento sustentável e do ecologicamente correto.

Mano Chico, seu nome hoje é grande e respeitado por toda gente que deseja um sistema econômico sem as mazelas da depredação ambiental e da contaminação do solo, da água e do ar.

Mano Chico, depois que você morreu, seu ideal e seu nome ajudaram a criar as quatro primeiras reservas extrativistas, e muitas outras vieram depois, melhorando a qualidade de vida das pessoas da floresta, que foram a razão maior da sua luta.

Mano Chico, você nem imagina que uns tempos atrás criaram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que chamam de ICMBio, resultante do desmembramento do IBAMA, e depois disso

---

1 Fundador do CNS junto com Chico Mendes no ano de 1985. Carta originalmente escrita para o livro *Vozes da Floresta*, publicado pela Xapuri<sup>2</sup> em 2010, atualizada em dezembro de 2016, quando, no dia 22, se completou 28 anos do assassinato de Chico Mendes.

2 XAPURI Socioambiental. *De Mano pra Mano: Carta para o Amigo Chico Mendes*. Disponível em: <<https://www.xapuri.info/news/carta-amigo-chico-mendes/>>. Acesso em 31 de agosto de 2020.

esse é o órgão responsável pela gestão das áreas protegidas, inclusive das nossas Reservas Extrativistas.

Mano Chico, foi realizada no Brasil a Eco-92, onde se lançou a Carta da Terra, e depois a Rio+20, e depois dela o Brasil continua participando de muitas conferências mundiais e assinando acordos e tratados, inclusive recentemente assinou o Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas.

Mano Chico, em 2002 o nosso querido Lula foi eleito presidente do Brasil, e se reelegeu em 2006, e em 2010 foi eleita a Dilma, que também se reelegeu em 2014, mas que foi deposta por um golpe do parlamento com o judiciário e com a mídia agora em 2016.

Mano Chico, no atacado o Lula e a Dilma fizeram governos muito bons, mas no varejo ficaram nos devendo. E o pior, mano Chico, é que por agora não vamos ter como acertar essa conta, porque o governo que entrou depois de derrubar a Dilma deu logo um jeito de acabar com as nossas conquistas da agricultura familiar e tem tentado de todo jeito fechar os programas indígenas.

Mano Chico, o latifúndio da monocultura de exportação continua grilando nossas terras e se apossando dos nossos territórios. O desmatamento, a degradação ambiental e a contaminação das nossas águas continuam graves, mano Chico.

Mano Chico, a demarcação das terras indígenas, a regularização das terras quilombolas e a criação de novas reservas extrativistas estão esfriando na geladeira da Casa Civil da Presidência da República. Está faltando você por aqui, mano Chico, para trocar uma prosa com os poderosos que continuam dominando nosso país a partir dos gabinetes de Brasília.

Mano Chico, quanto a mim, ando meio perrengue, mas continuo por aqui como militante do Conselho Nacional dos Seringueiros, que nós criamos juntos, e que, para incluir os novos parceiros, mudou de nome para Conselho Nacional das Populações Extrativistas, mas mantém a nossa velha sigla CNS. Sem você por aqui, vou fazendo o que posso para seguir na nossa luta.

Mano Chico, já se vão 28 anos, e todo mundo anda com muita saudade de você. Então, mano Chico, até mais ver!

## CARTA AO MANO PEDRO

*Maria Cecília*<sup>3</sup>

Macapá, 6 de junho de 2019.

Caro Pedro, eu me chamo Maria Cecília e sou graduanda do curso de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amapá. Li sua emocionante carta *De Mano pra Mano* para Chico Mendes e, embora não nos conheçamos, gostaria que soubesse que compartilhamos a luta pelo desenvolvimento sustentável.

Gosto de pensar que, enquanto houver pessoas dispostas, há possibilidade de mudança. Chico lutava por aqueles que sabiam e viviam o verdadeiro conceito de floresta amazônica e assim continuaremos seu legado!

Com carinho e admiração, Cecília.

---

3 Acadêmica do curso de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amapá.



# APRESENTAÇÃO

## PEDRO RAMOS: HISTÓRIA DE UM TRABALHADOR RURAL, ATIVISTA SOCIOAMBIENTAL E DEFENSOR DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS<sup>4</sup> DA AMAZÔNIA

*Marco Antonio Chagas*

Em 2019, havia submetido um projeto de pós-doutoramento ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), em Portugal. O projeto foi acolhido pela pesquisadora Maria Paula Meneses, “moçambicana de passagem por Portugal”, como ela se apresentou em nosso primeiro encontro em Coimbra.

Aprovado pelo Conselho Científico do CES, parti para essa aventura longe do meu céu. Em sua essência, o projeto tinha como propósito o registro da história do ativista socioambiental da Amazônia Pedro Ramos de Sousa.

Com a pandemia da covid-19 e a alta do euro, retornei ao Amapá no começo de 2020, com uma curta mas intensa experiência acadêmica no

---

4 No texto são encontradas palavras em negrito, cujos significados ajudam na compreensão das narrativas. Algumas foram criadas pelo autor e estão à espera de traduções interculturais criativas. Referidas palavras estão no glossário.

CES. Lá, Boaventura de Sousa Santos é referência pelas perguntas que nos incomodam e pela motivação em acreditar numa outra ciência, não hierárquica, indisciplinar e de retaguarda aos movimentos sociais que lutam contra as desigualdades do mundo.

Pedro e Boaventura se encontram em ecologias de saberes e em artesanias das práticas. Essas são ferramentas das *Epistemologias do Sul*, desobediências libertárias ao conhecimento eurocêntrico que possibilitaram a transição teoria-prática das narrativas rebeldes de Pedro.

*Fala mano Boa, eu sou um marabai-xista da floresta... “eu arrasto o pé pra lá, arrasto pra acolá, mas não caio, nem me deixo acovadar”.*

*Fala mano Pedro, eu sou do rap... “então vou te falar e o teu segredo vou revelar... tu comes aquela castanha aí do Amapá”.*



As epistemologias do Sul<sup>5</sup> “referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os

---

5 SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fim do Império Cognitivo: a Afirmação das Epistemologias do Sul*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 17.

grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causada pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado”.



*As Vozes do Mundo*<sup>6</sup> é uma das publicações do projeto de pesquisa *Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos*, coordenado por Boaventura de Sousa Santos. Na introdução, Boaventura fala dos conhecimentos dos ativistas e enumera algumas características gerais desses conhecimentos. Percebo o Pedro nas oito características descritas por Boaventura, as quais estampo aqui pela pura incapacidade de complementá-las:

1. São conhecimentos que não distinguem entre teoria e prática porque não existem senão nas práticas sociais em que ocorrem. Aliás, quando falamos destes conhecimentos estamos necessariamente a falar dos agentes, indivíduos, grupos sociais que detêm e os produzem.

---

6 SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *As Vozes do Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 21-22.

2. Não se escrevem ou registram; apenas se expressam através do que fazem acontecer no mundo e das interpretações que daí decorrem.

3. Não distinguem entre o verdadeiro e o bom ou o justo porque são obtidos nos verdadeiros processos de luta por uma sociedade mais justa e por uma vida melhor. Mas não se interessam por ideias abstratas de justiça ou de vida boa e nem as acham sequer inteligíveis. Tão pouco acham inteligível a ideia abstrata de emancipação social. São conhecimentos concretos nascidos em lutas concretas pela sobrevivência, pela vida decente, pela dignidade, pela igualdade, pelo direito à diferença, em suma pela aspiração a uma vida melhor. O que há neles em comum é conceberem a realidade social como tarefa. Não reduzem a realidade ao que existe porque o que não existe e deveria existir é a verdadeira razão de ser destes conhecimentos.

4. Estes conhecimentos não se deixam definir através de proposições lógicas. Preferem as fórmulas, os provérbios, as histórias, os mitos, os gestos, os silêncios. Tornam-se mais precisos por meio de exemplos, ilustrações, casos. São capazes de discorrer sobre o mundo, a vida, o futuro, Deus, mas fazem-no sempre como se estivessem a narrar casos concretos de mundos, de vidas, de futuros e de deuses.

5. Não se consideram nem tradicionais nem modernos, nem seculares nem religiosos, nem especializados nem não especializados. São pragmáticos. Socorrem-se de tudo, inclusive da ciência moderna, quando esta lhes é útil para os objetivos das práticas em que ocorrem. São, no entanto, muito inequívocos e clarividentes na definição dos inimigos, das forças, dos males, dos poderes contra quem lutam.

6. Não são donos da verdade, mas sentem-se ao serviço de verdades práticas em contextos e situações concretas. Essas verdades são verdades de saber e de fazer, são políticas no sentido em que só existem porque são adequadas aos objetivos a atingir e são éticas porque, em cada contexto, distinguem sem ambiguidades entre o bem e o mal.

7. Não são conhecimentos metódicos. Têm critérios vagos de relevância e pertinência e, talvez por isso, estão mais disponíveis para estabelecer ligações entre realidades ou condições que a ciência separa. A sua emergência e gestação é sempre enigmática para quem os confronta a partir de fora. São coletivos, mas são muitas vezes assumidos por

porta-vozes individuais que se distinguem pelo modo como formulam esses conhecimentos, sobretudo ante pessoas estranhas.

8. São conhecimentos razoáveis, prováveis e antitotalitários que não se afirmam por via da demonstração lógica, mas antes pela confirmação prática e pela argumentação persuasiva. São conhecimentos retóricos que se exprimem em linguagem vulgar e cujos argumentos são validados no interior da comunidade relevante a que está envolvida nas lutas sociais concretas.

#### ENTREVISTAS E A METODOLOGIA DA PAVULAGEM

Eu e o Filocreão nos conhecemos há muitos anos. Bem antes de ele exercer o cargo de secretário de Meio Ambiente do Amapá durante o governo Capiberibe, nos idos dos anos 1990.



Hoje estamos docentes na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Eu no curso de Ciências Ambientais e ele nas Ciências Sociais, daí talvez a nossa empatia socioambiental. Também atuamos juntos no Mestrado em Desenvolvimento Regional (MDR), mas tenho a impressão de que isso não nos basta.



Filocreão tem uma história de militância política ao lado de Pedro. Atuaram em muitas causas no Sul do Amapá em defesa da reforma agrária e dos extrativistas de castanha pelo direito a terra. Eu vivia dizendo ao Filocreão que queria fazer umas entrevistas com o Pedro, mas tinha preocupações metodológicas, pois toda entrevista acaba sendo uma forma de colonização do outro, “extraí e não devolve”.

Este texto não segue nenhum padrão científico e tem pouca metodologia cerceada. Nossa opção é pela “Metodologia da Pavulagem”, admitindo-se subjetividades criativas e falas originais, com pedagogias que se alimentam na fonte de Paulo Freire, Fernando Canto, Mia Couto e outros Cervantes que nos libertam.

Em julho de 2020, num ato de desapego e possivelmente pela insegurança diante do futuro incerto, Filocreão me enviou uma sequência de gravações com Pedro Ramos realizadas em 2009<sup>10</sup>. Quando ouvi o material, percebi que se tratava de entrevistas contendo um rico material produzido “com Pedro e não sobre Pedro”. Mas, não era somente entrevistas com Pedro, e sim uma troca de segredos entre “manos”. Em vários momentos havia complementariedade nas falas entre entrevistador e entrevistado. E isso me motivou ainda mais a me atirar na transcrição das narrativas desses queridos amigos.

Não faço nenhum tipo de interferência no conteúdo das falas, exceto uma pesquisa preguiçosa, deitado em minha rede, sobre as siglas das instituições e alguma informação adicional para conectar fatos, lugares e cacoetes. Mas, tudo muito discreto, pois a memória do Pedro é um mosaico de ecologia de saberes que nos cativa para uma escuta profunda.

Convido-os/as à leitura e a um gesto voluntário de solidariedade, contribuindo com o que acharem justo por essa publicação para que Pedro continue conspirando coletivamente em defesa dos povos da floresta.

---

10 As entrevistas foram realizadas para subsidiar os projetos de pesquisa: 1) Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Extrativismo da Castanha-do-Brasil no Sul do Amapá, financiado pelo Banco da Amazônia – BASA (2008-2009); e 2) Extrativismo e Capitalismo: a história da organização política das populações extrativistas no Amapá, apoiado pelo CNPq – Edital Universal 2010.



# PEDRINHO DA AMAZÔNIA

*Antonio Sérgio Monteiro Filocreão<sup>11</sup>*

Conheci o Pedro Ramos de Sousa no fim do ano de 1977, quando ingressei como extensionista rural na Associação de Crédito e Assistência Rural do Território Federal do Amapá (ACAR-AP). Havia na ACAR-AP um projeto de organização rural que desenvolvia suas principais ações junto aos denominados, na época, “produtores de baixa renda”, que eram pequenos agricultores familiares e pescadores artesanais.

Naquele ano eu fui concursado para prestar assistência técnica a pecuaristas das regiões dos Rios Macacoari e Gurijuba, indo morar na pequena Vila do Itaubal do Piririm, onde havia um escritório local com residência para técnicos, que também atendia os pequenos agricultores da região circunvizinha, desde Itaubal até a região de Cotias do Araguaari, incluindo Macacoari, São Joaquim e Santa Luzia do Pacuí.

Pedro Ramos, nessa época, conhecido como o “Pedrinho da SOCEAP”, se deslocava por todas as comunidades rurais atendidas pela ACAR-AP em companhia dos extensionistas para ajudar os agricultores a se organizarem em Sociedades Locais de Agricultores, vinculadas à Sociedade Central de Agricultores do Amapá (SOCEAP). A estratégia adotada na criação da SOCEAP foi de instituir, primeiramente, uma Sociedade Central com as principais lideranças de agricultores existentes no então Território Federal do Amapá, para, posteriormente, trabalhar na consolidação das Sociedades Locais.

---

11 Entrevistador e amigo de Pedro Ramos há mais de 40 anos.

Nas suas diversas idas à região atendida pelo escritório de Itaubal do Pírim, o Pedro dormia na residência dos técnicos, onde ficávamos até a madrugada trocando conversas sobre a realidade dos pequenos agricultores da região. Dessas conversas, fui compreendendo, criticamente, que os principais problemas desses agricultores não eram de natureza tecnológica, como aprendi no colégio técnico e na capacitação extensionista, e sim de natureza política, e que o enfrentamento desses problemas passava pelo fortalecimento de suas organizações políticas. Nessa compreensão, Pedro, que era vice-presidente da SOCEAP, foi meu primeiro grande mestre.

O esforço e a dedicação do Pedro e de outros dirigentes da SOCEAP, com o apoio da extensão rural, garantiram a organização de 70 Sociedades Locais espalhadas no território amapaense. Apesar dessa grande estrutura social, esta organização não conseguia atender às demandas dos seus sócios na comercialização da produção agrícola devido a limitações burocráticas da época. Como solução, foi criada em 1979 a Cooperativa dos Pequenos Agricultores do Amapá (COMAPA) e o Pedro foi escolhido como presidente. Agora, tornou-se o “Pedrinho da COMAPA”.

A expansão da criação de búfalos no Amapá gerou uma nova demanda dos agricultores para a SOCEAP: o enfrentamento dos conflitos relacionados à destruição das suas roças pelos animais. Da mesma forma, a burocracia da época limitava a atuação da SOCEAP nesses conflitos, exigindo a criação de um Sindicato de Trabalhadores Rurais. Assim, em 1981 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA), com base territorial abrangendo todo o Território Federal do Amapá.

Na primeira diretoria do SINTRA, Pedro foi escolhido como secretário e ficou responsável pelas atividades de formação sindical. Para criar o SINTRA, as lideranças dos agricultores buscaram o apoio da Igreja Católica através da Pastoral Rural, futura Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na segunda diretoria do SINTRA, Pedro foi eleito presidente, permanecendo à frente do sindicato até 1987, quando então assumiu a vice-presidência do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Pedro então passou a organizar o CNS no Amapá.

Em 1980, fui transferido para o escritório local de Calçoene, no Norte do Amapá, e no segundo semestre desse mesmo ano eu me afastei do

Amapá para continuar meus estudos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), perdendo o contato com o Pedro na sua fase de COMAPA e nas articulações para a criação do SINTRA.

Na direção do SINTRA, Pedro teve que enfrentar a ampliação dos conflitos entre os pecuaristas e os pequenos agricultores na destruição das roças pelos animais; e, ainda, a omissão das entidades do governo territorial que fechavam as portas para as reivindicações encaminhadas pelo sindicato. Isso exigia uma maior capacidade de articulação para contar com o apoio de técnicos (advogados, agrônomos, sociólogos e outros) que apoiavam Pedro mais por militância política.

Em meados de 1980, começam a se fortalecer no SINTRA as ações com as populações extrativistas do Sul do Amapá. Dessas ações, surgem as reivindicações dos espaços extrativistas (seringais, castanhais, açaiçais) que estavam sob controle de latifundiários.

Na conjuntura da Nova República, pela pressão do SINTRA, começam os estudos para criação de assentamentos nas regiões dos Rios Maracá, Cajari e Jari, realizados pelo MIRAD/INCRA, ASTER-AP, SINTRA, IEA e outros parceiros. Esses estudos vão subsidiar, posteriormente, a criação do **Assentamento Agroextrativista Maracá**, da **Reserva Extrativista do Rio Cajari** e da **Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru**, no Sul do Amapá. As duas primeiras unidades territoriais federais e a última estadual.

Ao assumir as lutas pela terra das populações extrativistas do Sul do Amapá, o SINTRA se aproximou de outros sindicatos da Amazônia que apresentavam a mesma problemática, como o do Acre. Dessa aproximação, Pedro participou das articulações que levaram à criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985, sendo eleito vice-presidente na segunda diretoria do CNS em 1988 e desde lá vem participando da direção, representação e discussões que envolvem a entidade, que hoje mantém a sigla histórica de CNS, mas com mudança de nome para Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

No meu retorno ao Amapá no período de 1985 a 1987, fui trabalhar como chefe do escritório local de Mazagão da ASTER-AP, indo morar naquele município. Nas atividades extensionistas de fortalecimento das associações dos agricultores do município, desenvolvemos ações

de formação, sempre buscando a parceria com o SINTRA, através das suas principais lideranças: Pedro Ramos de Sousa, Tomé de Souza Belo e Gerson Cardoso.

No final de 1987, retornando a morar em Macapá, nas minhas atividades extensionistas, fiquei responsável pela supervisão de área dos escritórios locais de Macapá, Mazagão, Maruanum e Laranjal do Jari. Nessa função, continuei mantendo parcerias e confidências constantes com o Pedro, agora dirigente nacional do CNS, participando de atividades de fortalecimento da organização política das populações extrativistas do Sul do Amapá, até início de 1989, quando então eu fui morar na Paraíba para cursar o mestrado em Economia, no *Campus II* da UFPB, em Campina Grande.

Se, no início da minha vida de extensionista rural, o Pedro foi importante ao me indicar que o maior problema da agricultura familiar era de natureza política e não tecnológica, ao ingressar na pesquisa acadêmica, em que eu me propunha a compreender melhor a problemática desse tipo de agricultura, a relação de parceria com o Pedro me levou a buscar esse entendimento na produção familiar agroextrativista.

Nesse sentido, o foco de minha inserção na pesquisa foi compreender a manutenção e a reprodução da economia extrativista vegetal na periferia de um grande projeto agroindustrial, em que o criador deste, Daniel Ludwig, a considerava uma economia atrasada, do século XVIII, enquanto as atividades que se implantavam com a derrubada da floresta, rica em castanhais, para plantar espécies exóticas para produzir celulose, ele as considerava como a economia do futuro, do século XXI.

No período de mestrado, como minhas pesquisas eram na região disputada pelas populações extrativistas do Sul do Amapá, mantinha contato constante com o Pedro, que sempre que possível participava das discussões referentes à luta pelas Reservas Extrativistas no Sul do Amapá.

Ao retornar do mestrado, o cenário local sofreu grandes mudanças. O Amapá foi transformado em estado federativo e o primeiro governador eleito assumiu em janeiro de 1991, instaurando um processo de perseguição política aos técnicos locais vinculados aos partidos de oposição e/ou ligados aos movimentos sociais.

Como extensionista rural concursado da ASTER-AP, me tornei servidor público federal de um quadro em extinção do ex-Território Federal do Amapá, e ao retornar às minhas funções, após a conclusão dos créditos do mestrado e pesquisa de campo em início de 1991, o novo governo me colocou à disposição da Secretaria Estadual de Administração (SEAD) para ser devolvido ao governo federal devido às minhas preferências político-partidárias e relação com os movimentos sociais rurais (SINTRA e CNS).

Fiquei durante vários meses apenas assinando os pontos de frequência nos inícios e finais das manhãs e tardes, sem sala ou mesa para ficar, junto com outros colegas extensionistas também excluídos pelo governo da época. Ficávamos “debaixo das mangueiras”, em frente à SEAD, esperando a indicação de um local para trabalhar. Nessa situação, utilizei o meu tempo para escrever a dissertação de mestrado e, na condição de militante, fiquei colaborando nas atividades de elaboração de projetos, formação e reuniões do CNS, sob a gestão do Pedro Ramos.

Em final de 1991, com a proposta de criação do Centro Nacional das Populações Tradicionais (CNPT) do IBAMA para gerenciar as **Reservas Extrativistas**, fui convidado pelo Pedro para representar o CNS na criação do escritório do CNPT no Amapá, que seria gerenciado por três profissionais: um representando o IBAMA, um representando o governo estadual do Amapá e um representando o CNS. Por ter trabalhado com a economia extrativista no mestrado, o presidente do IBAMA referendou de imediato minha indicação pelo CNS, fazendo a solicitação ao governador do Amapá, para me colocar à disposição do IBAMA e, posteriormente, providenciou minha redistribuição definitiva para o quadro técnico do órgão.

Como representante do CNS no CNPT, minhas atividades emergenciais foram: 1<sup>ª</sup>) Garantir a desapropriação por interesse social das propriedades existentes na Reserva Extrativista do Rio Cajari, que em março de 1992 caducariam; 2<sup>ª</sup>) Elaborar o diagnóstico para subsidiar o plano de utilização da unidade; e 3<sup>ª</sup>) Elaborar projetos emergenciais para os moradores da Reserva.

Trabalhei no CNPT como representante do CNS na gestão da RESEX até 1994, quando fui concursado para o cargo de professor da UNIFAP

e pedi demissão do IBAMA/CNPT. Mesmo fora do CNPT, agora na UNIFAP e como diretor-presidente do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) e depois secretário de Meio Ambiente do estado do Amapá nos governos Capiberibe, de 1995 a 2002, sempre procurava o Pedro para trocas de confidências e aconselhamentos.

Em 2004, quando fui continuar meus estudos sobre as transformações ocorridas nas áreas protegidas criadas para o extrativismo no Sul do Amapá, em Belém, no curso de doutoramento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA, continuei a troca de informações com o Pedro Ramos.

Após o doutorado, eu e o Pedro temos participado das principais atividades que acontecem no Sul do Amapá, buscando o fortalecimento dos interesses das populações tradicionais, cujas conquistas se deram através da luta política, principalmente quanto ao direito aos espaços extrativistas existentes, hoje institucionalizados no Assentamento Agroextrativista do Maracá, na Reserva Extrativista do Rio Cajari e na Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, quase dois milhões de hectares que foram disputados com grandes projetos e interesses latifundiários.

Dessa luta, Pedro Ramos foi a principal liderança, dedicando grande parte da sua vida. Como grande articulador do CNS, atuando muito além do espaço amapaense, Pedro tem levado a bandeira das Reservas Extrativistas por vários espaços das relações nacionais e internacionais que defendem a Amazônia como espaço de desenvolvimento com a floresta em pé.

Pedro Ramos, atualmente, vem sobrevivendo com grandes dificuldades financeiras, pois até a aposentadoria como trabalhador rural lhe foi negada. Porém, continua firme, ora articulando, ora representando o CNS em vários espaços locais e nacionais.

Atualmente, tenho convivido e acompanhado o Pedro, injetando sua experiência articuladora no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Cajari e na UNIFAP, onde sempre que possível nos brinda com a sua presença em atividades acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR), nos ensinando

com os relatos da sua trajetória as dificuldades da luta por um desenvolvimento sustentável para as populações tradicionais da Amazônia, que, em síntese, acaba sendo em escala macro, também, uma luta de resistência para preservação das humanidades.

Pedro Ramos de Sousa construiu a sua história na própria luta dos trabalhadores rurais e das populações tradicionais do Amapá, em particular, e da Amazônia, como um todo, construindo um grande capítulo de resistência na história dos movimentos sociais da região, denunciando as dificuldades vividas pelas populações tradicionais na construção de um projeto de Amazônia que continue a contemplá-las como protagonistas das suas próprias histórias, na sua trajetória política de Pedrinho da SOCEAP, da COMAPA, do SINTRA, do CNS, enfim, de “Pedrinho da Amazônia”.



PARTE I  
PEDRO, FILHO DAS ILHAS DA  
FOZ DO RIO AMAZONAS

NASCIMENTO, FAMÍLIA E ESTUDO

*Filocreão:*

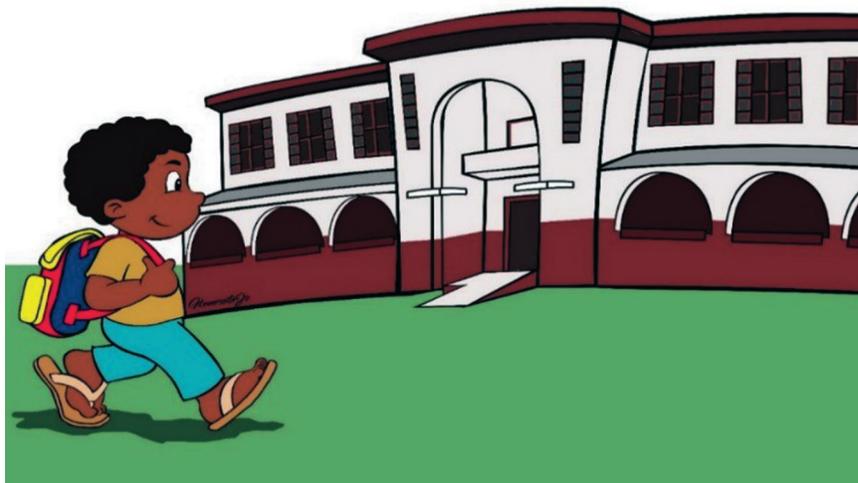
— Pedro, fala um pouco de ti, onde tu nasceste, o que fizeste na tua juventude.

*Pedro:*

— Sou Pedro Ramos de Sousa, filho das ilhas do estuário do Amazonas. Nasci no Afuá, no Furo dos Carás, em 27 de novembro de 1940.

— Meu pai era marisqueiro de peixe e camarão, lavrador e carpinteiro naval e da construção civil. Minha mãe era irmã da mulher de meu pai. Meu pai vivia com as duas irmãs, uma cuidava da casa, que era minha tia e madrastra, e a outra era minha mãe, que fazia mais os serviços do mato. Viviam em harmonia na mesma casa. Se tinham seus desgostos, era uma coisa mais interna.

— Vim das ilhas estudar em Macapá aos 6 anos de idade e fiquei até os 13. Estudei no Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Naquela época só existia, além do Barão do Rio Branco, a Escola Normal e o Colégio Amapaense. Fiz até a 3ª série do ginásio, que seria a 8ª série primária de hoje, só que naquela época a gente aprendia bem mais. Fazia contas, as quatro operações, conjugava verbo...



#### A ILHA

*Filocreão:*

— E como era a população dessa região das ilhas?

*Pedro:*

— A população era dispersa. Na ilha em que a gente morava, numa distância de cerca de 15 quilômetros, éramos 62 famílias. Era no Afuá, mas nossa ligação sempre foi com Macapá.

#### A FÉ

*Filocreão:*

— Qual a tua relação com a igreja?

*Pedro:*

— Eu nunca vi um padre quando era criança, até minha adolescência. Mas tinha, sim, uma relação de fé. As pessoas lá nas ilhas cantavam, rezavam as ladainhas em latim, tinha o rezador, tinha as festas anuais

de santo fulano de tal, beltrano. As pessoas ajeitavam a santa, botavam numa montaria com os foliões e iam nas casas, faziam o convite para o dia da festa e as pessoas iam dando suas contribuições.



## PARTE II

### COMO VIREI TERRORISTA

EMILIANO DE BRITO E CHAGUINHA

*Filocreão:*

— Nesse período, quando estavas estudando em Macapá, chegaste a ter alguma militância ou atuação em movimentos sociais?

*Pedro:*

— Tive algum contato com a UECSA (União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Amapá) e com algumas pessoas que eram militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Mas, logo meu pai me levou de volta lá pras ilhas. Disse que eu já tinha aprendido o suficiente para viver.

— Fiquei nas ilhas até os 24 anos, mas aos 16 já tinha contatos com lideranças de movimentos sociais que estavam lutando para organizar os pescadores do Amapá, como o Emiliano de Brito. Ele andava nas ilhas falando da importância dos pescadores se organizarem para não serem explorados e conseguirem melhorias. O Emiliano tinha ligação com o Chaguinha. Foi uma pessoa importante para mim, para a classe dos pescadores e para a Colônia de Pescadores Z1 – Janary Nunes – Macapá, que presidiu desde sua criação em 1963 até 1965.

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO AMAPÁ

*Filocreão:*

— O que havia de organização política dos trabalhadores no Amapá?

*Pedro:*

— Na década de 1950, a gente ouvia falar muito no Sindicato da ICOMI (Indústria e Comércios de Minérios). Aqui tinha outro sindicato muito forte, que era o da construção civil. Também tinha um sindicato bastante organizado, que era o Sindicato dos Estivadores, do qual o Periquito<sup>12</sup> era o presidente. Mas, de trabalhadores rurais não tinha nada.

*Filocreão:*

— E o Jorge Padeiro?<sup>15</sup>

- 
- 12 **Raimundo Pereira Duarte, o Periquito** – Foi fundador e presidente do Sindicato dos Estivadores do Amapá. Ferreira Paz (2011, p. 152)<sup>13</sup> faz referência ao “significativo número de sindicatos formados entre meados da década de 1950 e início de 1960, muitos dos quais ligados a atividades que foram diretamente impulsionadas pelas diversas frentes de trabalho da ICOMI, como o Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estivas de Minérios do Território Federal do Amapá, presidido desde a sua fundação por Raimundo Pereira Duarte”. Lobato (2013, p. 201)<sup>14</sup> cita em sua tese de doutoramento entrevista realizada com Alfredo Távora, o qual considera Raimundo Pereira Duarte “o grande iniciador e incentivador do movimento sindical no Amapá”.
- 13 FERREIRA PAZ, Adalberto Júnior. *Os Mineiros da Floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)*. Dissertação (mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.
- 14 LOBATO, Sidney da Silva. *A Cidade dos Trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- 15 **Jorge Fernando Ribeiro, o Jorge Padeiro** – Nasceu em 1919, em Maracanaú (CE). Jorge Padeiro, junto com seus companheiros, se tornou um dos ícones da resistência ao regime militar no Amapá. Foi cozinheiro da mineradora ICOMI durante a construção da estrada de ferro de Serra do Navio. Em Macapá, trabalhou no ramo da panificação, tornando-se um dos maiores distribuidores de pães em Macapá e Santana. Filiado ao PTB, em 1973 Jorge Padeiro foi preso inocentemente pelos mili-

*Pedro:*

— O Jorge Padeiro era mais assim da linha do Chaguinha<sup>17</sup>. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Panificação no começo dos anos 1960.

*Filocreão:*

— O Chaguinha era o guru do PCB?

*Pedro:*

— Era. O Chaguinha não tinha muita ligação com os sindicatos. Ele era mais voltado para a organização partidária.

---

tares, sendo levado para Fortaleza de São José de Macapá, acusado de comunismo e envolvimento no caso “Engasga-Engasga”. Morreu em 1985 em Belém (CEV, 2020)<sup>16</sup>.

16 Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Resistentes à Ditadura Militar serão homenageados na cidade de Macapaba. Disponível em: <<http://www.cev.ap.gov.br/det2.php?id=1849>>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

17



**Francisco das Chagas Bezerra, o Chaguinha** – Cearense da cidade de Quixadá, nascido em 15 de dezembro de 1907. Na infância pobre aprendeu a ler e escrever lições de justiça e democracia, formadas a partir de sua percepção das desigualdades sociais vivenciadas no sertão nordestino, vindo daí seu envolvimento com a política. Veio para o Norte em 1933, morando em colônias agrícolas de Castanhais, no estado do Pará. Em 1949,

mudou-se para Belém, onde conheceu e filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro, o PCB, legenda pela qual se candidatou a deputado estadual. Após esse fato, veio para o Amapá, residindo inicialmente na Colônia Agrícola do Matapi, mas foi em 1951 que Chaguinha decidiu mudar-se para Macapá, onde passou a atuar como vendedor autônomo de plantas, comercializadas em um carrinho de mão nas ruas da cidade. Foi por conta de sua militância no partido comunista que foi preso em 1964, por ocasião do Golpe Militar, ficando encarcerado na Fortaleza de São José de Macapá. Em 1973, voltou a ser preso pelos militares, acusado de subversão e comunismo, durante a operação conhecida como “Operação Engasga”, e foi encaminhado juntamente com outros presos para Belém, no Pará. Após 20 dias, sem que os militares encontrassem provas de seus envolvimento com os crimes que desencadearam essa operação, foi solto e enviado de volta a Macapá. Em razão do seu ativismo político, Chaguinha influenciou significativamente o cenário político e social amapaense, contribuindo para a formação política de inúmeros jovens estudantes que sonhavam com um mundo mais livre, justo e igualitário. Morreu

*Filocreão:*

— No meio dos trabalhadores com quem tu vivias, como o pessoal via a necessidade de organização e o sentido de mudar, de transformar? Como era o diálogo com esses trabalhadores?

*Pedro:*

— Essa coisa de visão de futuro era muito pouca. A gente tratava mais das questões imediatas. Resolver os problemas imediatos. A gente não tinha clareza como se tem hoje. Os gurus, as pessoas mais evoluídas, que liam melhor, tinham uma compreensão bem melhor do que a gente. Mas, a gente sabia muito bem dos enfrentamentos que a gente tinha que ter com determinados patrões, como os latifundiários nas ilhas. A gente se organizava para enfrentá-los.

*Filocreão:*

— Os conflitos maiores eram com os patrões? Tinha o aviamento?

*Pedro:*

— Havia algumas pessoas que tinham os patrões, como o Chico Picanço. Mas, o patrão a que a gente sempre se dirigia, que não era desses patrões tradicionais, era o Alcolumbre, que comprava as peles de animais silvestres, a borracha, fazia algum **aviamento**, mas numa lógica mais empresarial do que de escambo.

*Filocreão:*

— Tinha o Abraão Peres também, né?

---

em Macapá, em 1996. Chaguinha era um homem simples, e representa de certa forma, simbolicamente, a história de muitos outros homens e mulheres, alguns anônimos, mas que exerceram um papel significativo na resistência política em regiões como a do Território Federal do Amapá, administradas diretamente pela União, por um modelo de governabilidade que, desde sua implantação em 1943, pouco dialogou com as representações políticas e com os movimentos sociais (CEV, 2020)<sup>18</sup>.

18 Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Chaguinha. Disponível em: <<http://www.cev.ap.gov.br/interno.php?dm=184>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

*Pedro:*

— O Abraão Peres não era muito chegado a comprar negócio do interior. Era mais de vender mercadoria industrializada.

*Filocreão:*

— Nesse período, até teus 24 anos, sob o ponto de vista da organização política dos trabalhadores rurais, não tinha nenhuma coisa de expressão no Amapá?

*Pedro:*

— Não, não tinha. O que era expressão eram os sindicatos que falei. O Periquito foi preso, foi espancado. Ele e o Emiliano de Brito, presidente da Colônia de Pescadores, foram presos. O Emiliano foi tão torturado na prisão que foi hospitalizado e se jogou do primeiro pavimento do Hospital Geral; 11 dias depois foi a óbito.

*Filocreão:*

— O Emiliano, ele era o quê? Ele tinha alguma formação?

*Pedro:*

— Ele era uma pessoa muito bem informada. Sabia ler bem, sabia escrever bem. Era uma pessoa que nos instruía bastante. Era ligado ao PCB.

## O GOLPE DE 1964 E O TERRORISTA

*Filocreão:*

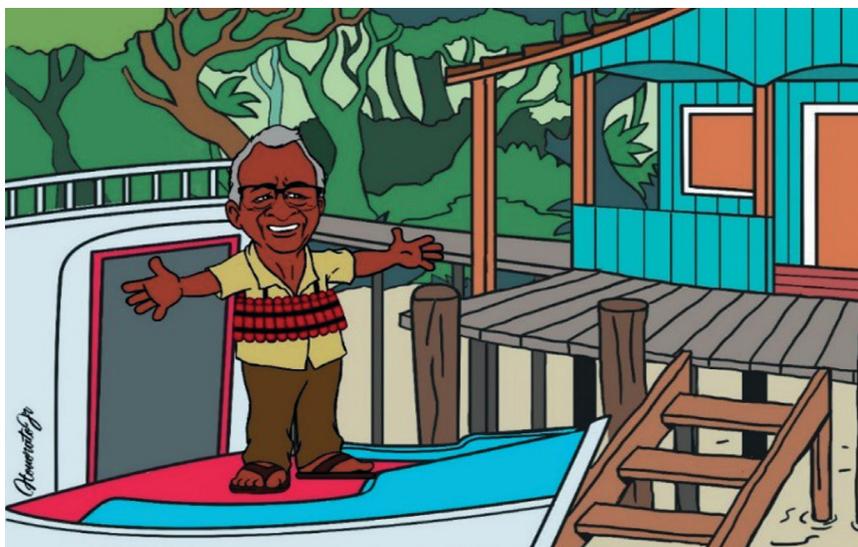
— Qual a tua relação com o **Golpe de 1964**?

*Pedro:*

— Eu e meus irmãos pescávamos com meu pai nas ilhas do Afuá. Certo dia, meus irmãos estavam pescando num acrescido de ilha e cercaram um pequeno trecho com as redes. Aí os latifundiários, que se diziam donos das ilhas, foram lá e apreenderam os apetrechos de pesca dos meus irmãos. Eu estava pescando de espinhel no Amazonas, lá pro

lado de Mazagão Velho. Quando cheguei em casa, eles me contaram. Disse que isso não ia ficar assim. E não ficou!

— Eu vou contar uma coisa aqui que não sei se vai valer a pena... Aí eu vim aqui em Macapá, fui bater na Serra do Navio e arranjei quatro bananas de dinamite e mais uns 300 metros de fios e as espoletas. E fui lá na casa desse senhor que tinha apreendido os apetrechos de pesca dos meus irmãos e disse a ele que, se não devolvesse, eu ia explodir tudo e todos iam morrer ali. Ele não queria entregar, mas, quando viu a dinamite toda preparada para explodir, percebeu que o negócio era sério e resolveu entregar o material de pesca dos meus irmãos. Aí ele foi em Macapá e me acusou de subversivo, de comunista, essas coisas aí. Virei então terrorista e por causa disso fui preso.



## A PRISÃO

*Pedro:*

— Aí veio o Golpe de 1964. Eu nem sabia se estava na lista pra ser preso. Quando foi dia 1º de abril de 1964, eu cheguei da ilha com o peixe em Macapá, no Igarapé da Doca da Fortaleza, nas proximidades donde hoje é Banco do Brasil. Eram umas 5 horas da manhã. Eu tenho um irmão,

que hoje é falecido, que pescava comigo. Ele então disse que ia lá na Colônia avisar que tínhamos chegado com peixe e depois ia tomar um café. Perguntou se eu queria café e eu disse que não. Uns 20 minutos depois, ele chegou na carreira dizendo pra mim: — Pedro, mano, pelo amor de Deus, vamu simbora. O pessoal invadiu a Colônia, uns homens com umas espingardas desse tamanho daqui, jogaram tudo no chão, prenderam Seu Emiliano de Brito, parece que vão matar ele e botaram fogo nos documentos da Colônia. Eu fiquei assim e disse: — Esse moleque tá com história! A gente não ouvia falar em golpe. Cheguei na casa do Chico Marques, que era um comerciante que tinha lá, e, quando ele me viu, disse: — Pretinho, vai timbora que tão te cassando. Fomos então lá na boca do Igarapé das Mulheres, vendemos todo o peixe pra lá, compramos o que tínhamos de comprar e fomos embora. Aí o que eu fazia? De dia eu ficava o dia todo na mata, chegava em casa 10 horas da noite. Passou dia 3, dia 4, dia 5, dia 6, dia 7, dia 8 de abril, depois eu não vi mais nada. Passou tanto tempo... Quando foi dia 12, eu cheguei em casa, debaixo de uma chuva, quando entro pela cozinha minha mãe me empurra: — Meu filho, vai timbora daqui que tão querendo te matar. É muito triste a gente apanhar de polícia na frente dos pais da gente. Foi o que aconteceu.

*Filocreão:*

— Era quem?

*Pedro:*

— Era a polícia comum com os militares. Da onde eles apareceram eu não sei. Me botaram dentro de uma embarcação, pegaram um irmão meu de menor, espancaram também e levaram junto comigo. Depois de uns três dias, soltaram meu irmão e eu fiquei.

*Filocreão:*

— Te levaram para onde?

*Pedro:*

— Me levaram para o Afuá. Tinha uma corveta da Marinha que estava saindo pra Manaus. Quando ela viesse de Manaus, ela passava pelo Afuá e pegava os presos políticos que tinha lá.

*Filocreão:*

— Isso foi quando?

*Pedro:*

— Eu fui preso dia 12 de abril de 1964. Eu passei 10 dias preso. Quando foi dia 22, comecei a sentir sintoma de febre. A gente ficava nu na cela. Quando foi no último dia, eu já tava ficando **encarangado**, sem poder fazer movimento.

*Filocreão:*

— O que eles perguntavam pra ti?

*Pedro:*

— Eles perguntavam qual o tipo de livro que eu gostava de ler; se eu era contra a propriedade privada ou não; qual era minha religião; se eu tinha alguma coisa contra a polícia, contra o exército, contra as forças armadas; qual era minha ligação com a igreja.

*Filocreão:*

— Eles eram de onde?

*Pedro:*

— Eu não sei.

*Filocreão:*

— Tinham ligação com a corveta?

*Pedro:*

— A corveta não era de Afuá. Era das forças armadas, era sediada em Belém, eu acho. Tava pra Manaus pra ir atrás dos comunistas e na volta, no retorno, passava pelo Afuá, que fica perto do canal.

— Quando foi dia 21 à noite, serviram uma sopa rala numa tigela de barro com um pão cheio de mofo. Quando mordi o pão, tinha um papel escrito assim: “possibilidade de fuga, te prepara”.

PARTE III  
“AU REVOIR”

EXÍLIO EM CAIENA, GUIANA FRANCESA

*Pedro:*

— Quando foi umas 11 horas da noite, abre a porta da cela, a pessoa entrou e depois saiu. Eu senti que a porta da delegacia tava aberta porque a gente ouvia o barulho do vento dando e a porta batia. Eu tava de cócoras e, quando vou me pôr em pé, aí eu sinto que eu tava ficando encarangado, com os movimentos presos. Fiquei pensando assim... Possibilidade de fuga, porta aberta... Bom, isso é uma cilada. Esse pessoal tá querendo me matar, mas, como eu já tava sentindo febre, as pernas perdendo os movimentos, eu decidi correr o risco e sair... Se tiver que morrer, o cara me dá um tiro e pronto. Fui me arrastando, me escorando na parede, saio da cela, passo no corredor e a porta abre... Vi uma pessoa em pé lá fora. Aí fui me aproximando e a pessoa disse: — Vem depressa! Disse que não podia andar e a pessoa me pegou, me carregou no ombro e saiu na carreira. Já tinha um barco funcionando. Ele me largou dentro de barco e sumiu da minha frente. Viajamos a noite inteira e, quando o dia amanheceu, entramos num igarapé e ficamos o dia inteiro. Umás 24 horas depois, trocamos de barco e aí fui chegar em Caiena.

*Filocreão:*

— Quem estava no barco?

*Pedro:*

— Era o pessoal do Brasil... Seu Antonio Brasil. Tinha uma outra pessoa que chamavam de Raimundo. Eles eram cinco.

*Filocreão:*

— Eles eram pescadores?

*Pedro:*

— Não. Eles faziam uma espécie de contrabando nessa época com Caiena. Quando chegou em Caiena, Seu Antonio me chamou e disse: — Olha, tem um dinheiro nessa pasta, tem roupa, tem sapato e umas folhas de papel em branco. Chegamos umas 11 horas da noite. O pessoal me deixou lá no cais e foi embora. O que eu vou fazer agora?

#### PERRENGUE-MOI

*Pedro:*

— Eu não conhecia nada em Caiena. Nem sabia nada de francês. Amanheceu e fui procurar um café. Acostumado em Macapá, onde qualquer botecozinho vendia café, passei num comércio... Foi lá que vi pela primeira vez Fanta Laranja, também vi queijo, salame, cigarro e fósforo. Saí então apontando para a mulher do comércio o que queria. Tomei a Fanta com um sanduíche, abri a carteira de cigarro, fumei. Quando meti a mão no bolso e fui pagar, a mulher virou uma fera. Ela ia com a mão na minha cara e eu sem entender o porquê, já que eu tava pagando. Ficamos uma meia hora naquela discussão. Ela falando pra mim e eu sem entender. Ia passando um policial e se aproximou. Perguntou para a mulher o que estava acontecendo e ela falou, falou, falou. Perguntou pra mim o que era que tava acontecendo. Eu não entendia nada. Aí falou em espanhol. Perguntou se eu entendia em espanhol. Respondi que se ele falasse muito lentamente algumas palavras eu entendia. Perguntou por que eu tinha comprado as coisas dela e tava pagando na moeda brasileira, no Cruzeiro. Eu respondi que pensava que aquele dinheiro valia lá. Pois não vale aqui, respondeu o policial. Disse que eu ia ter que

trocar a moeda e me deu 50 centavos de franco para eu pagar e depois devolver pra ele. Deu pra pagar tudo.

— Quando deu lá pelas 10 horas da noite, com frio e febre, sem arrumar um lugar para dormir. Na beira de um igarapé de lá, tinha um barco velho... — Esse barco vai ser meu hotel, pensei. Peguei uma rede e lá dormi. Curti a febre lá.



*Pedro:*

— Quando foi noutro dia, lá pelas 6 horas da tarde, passa um carro com umas 10 pessoas, ajuntaram mais uns outros e eu também subi no carro. Fomos lá pra beira do cais. Era para descarregar 80 toneladas de arroz e eu pensei: “pô, vou já ganhar o meu aqui”. Na primeira saca de arroz que peguei para carregar, desmaiei. Aí um francês me puxou pro canto e colocou outro no meu lugar. Quando foi umas 5 horas da manhã, voltei daquele desmaio e queria voltar pra descarregar. O francês disse não, e eu digo a ele que precisava trabalhar. Quando foi umas 10 e meia, o pessoal terminou de desembarcar o arroz e fizeram uma fila para receber. O francês me puxou e me botou na fila. Quando chegou na

minha vez, o cara me pagou. O mesmo que pagou para os outros pagou pra mim também... 87 francos. Eu sabia que tinha 87 francos, agora o que compraria com esse dinheiro eu não sabia. Eu fui numa farmácia, tentei comprar um remédio e não consegui. Tinha um negro lá que falava mais ou menos o português. Aí ele perguntou quando eu tinha chegado lá. Eu falei pra ele e ele disse: — Tu é clandestino aqui, tem pouco brasileiro aqui. Tem tu e mais dois. Se vocês não roubarem, vocês vão ficar aqui muito tempo. A polícia não se importa com brasileiro. Mas, tem que arranjar documento. Dá um jeito de tirar o *Séjour*.

#### FRATERNITÉ

*Pedro:*

— Passaram 3 dias e nada de novidade. Quando foi umas 5 horas da tarde, passou um carro e o motorista ficou me olhando. Já tinha me preparado para correr, quando o carro parou em cima de mim e então uma pessoa perguntou: — É tu o Pedro? — Sou, respondi. — Tô te procurando há três dias aqui e não te achava, falou o moço. Então perguntou onde eu estava. Mostrei pra ele e ele disse pra eu ir pra casa dele. Fiquei desconfiado. Então ele disse que eu tava recomendado pra ele, que sabia que eu tava doente, que tinha que me tratar e arranjar documentos pra mim. Fiz umas perguntas e ele disse que não era de nenhuma polícia, que era do PCB. Então fui para casa dele.

— Com os papéis que tinham me dado, fizemos uma certidão de idade pra mim e dei entrada na polícia. Aí o Pedro que estudou no Barão do Rio Branco deixou de existir. Eu tenho o nome diferente de todos os meus irmãos. Meus irmãos são Sousa da Paixão e eu sou Ramos de Sousa. Aí eu fiquei lá com ele. Meu primeiro trabalho foi capinar um quintal. Ganhei 116 francos. Depois ele arranjou pra mim outro quintal que tinha um desmonte enorme. Ganhei 867 francos.

Por ironia do destino, meu primeiro emprego oficial foi trabalhar no quartel do exército da polícia. Aí já tô virando operário da construção civil. Falavam muito em Kourou, a base espacial da Guiana Francesa. O rapaz lá que me acolheu tava preparando minha documentação.

*Filocreão:*

— Como era o nome da pessoa que te abrigou em Caiena?

*Pedro:*

— Sebastião Zoiá. Tem gente boa nesse mundo. Quando tava capinando quintal, a esposa dele ia me levar, levava merenda, almoço. Quando terminei, ele foi dar o preço e me entregou todo o dinheiro sem aceitar nada. Arranjei uma outra família, um outro pai e uma outra mãe. O Sebastião tirou os documentos pra mim. Trabalhei nas obras do quartel do exército e depois fui trabalhar em empresas que estavam construindo a base aérea de Kourou. Fui trabalhar na SATE, depois fui para SATOMI. No início de 1969, fui trabalhar com a SATOMI em Nouvelle-Calédonie, que fica no Oceano Índico, lá pro lado de Madagascar. Trabalhei dois anos lá e depois voltei para a Guiana Francesa e fiquei trabalhando nas Antilhas, andando por aí. Quando foi no final de 1973, eu fui embora para o Amapá. Meus pais já tinham saído das ilhas e se mudaram para o Território.



PARTE IV  
ESCONDAM-SE, LÁ VEM O  
PEDRINHO DA SOCEAP

DE VOLTA AO AMAPÁ, O FIM DO EXÍLIO

*Filocreão:*

— Tu mantinhas contato com teus pais?

*Pedro:*

— Nem sabiam se eu estava vivo. Não tinha como manter contato com eles. Meu contato era com a tia que me criou, com quem eu morei quando estudava em Macapá desde garoto. Fui lá na casa dessa minha tia, ainda muito arisco, ela me falou que meu pai, que era irmão dela, tinha se mudado lá pra Água Fria, lá pra Pedra Branca. Água Fria ficava mais ou menos 8 horas de remo de Pedra Branca pra lá. Subia o Rio Amapari e entrava no Rio Água Fria. Aí eu achei seguro ficar lá. Em 1973 e 1974, fiquei por lá trabalhando com roça, plantando... Nossa intenção era fazer um capinzal danado lá pra criar boi (risos). Os meninos tinham 100 hectares, nós 100, o velho 100, e eu disse: “vou tirar um pra mim também”. Era tudo encostado no outro... — Vou transformar esses hectares todos numa só pastagem e virar fazendeiro, pensei.

INÍCIO DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO  
AMAPÁ

*Pedro:*

— Aí, quando foi em 1976, me aparece a Neusa lá na Pedra Branca. Foi bater lá em Água Fria convidando a gente para uma reunião. Nosso primeiro contato foi meio áspero. Ela falava que havia a possibilidade de melhorar se a gente se organizasse. Eu disse: — Olha, não tem jeito, não. Eu vim do interior, meus pais estão aqui há bastante tempo, mas só aparece gente pra mentir pra nós. Ela insistiu. Era a Neusa Zimmermann e, se não me engano, era também a Graça Pennafort. Conversa vai, até que eu fui pra reunião e falei umas coisas lá. Elas me convidaram pra uma outra reunião em Macapá.

*Filocreão:*

— Tinha alguma organização por lá?

*Pedro:*

— Tinha uma cooperativa lá... Cooperativa Agropecuária de Pedra Branca. Quando eu cheguei, já estava instituída. O primeiro presidente foi o Euclides, depois o Valmir e depois o Piauí. Teve um tempo em que fui secretário.

*Filocreão:*

— Então, antes da chegada da extensão rural, já tinha uma cooperativa?

*Pedro:*

— Já, tinha uma cooperativa.

*Filocreão:*

— Nessa época a influência muito forte era de Porto Grande. No Matapi teve colônia, cooperativa. Influenciava vocês?

*Pedro:*

— Nessa época a gente não se influenciou muito pela Colônia do Matapi. A gente lia muito e discutia a Lei 5.764, do cooperativismo, mas a gente não tinha extensão rural.

*Filocreão:*

— O teu contato depois já foi com o Jorg Zimmermann?<sup>19</sup>

*Pedro:*

— Meu primeiro contato foi com a Neusa. Aí a gente veio pra Macapá. Depois que vi o Jorg... Eu meio desconfiado. Ele falava que o trabalhador rural precisava se organizar. Falava da experiência de outros estados, mas dizia que aqui o trabalhador não era organizado.

*Pedro:*

— A primeira tentativa de organização rural foi com a Sociedade de Saúde do Rio Pedreira... A Caixa Saúde do Rio Pedreira. Havia um recurso, esse recurso dava pra gente se organizar, fazer o prédio e comprar equipamento do posto. A gente era dependente de um parecer do secretário de Saúde daqui do Território.

*Filocreão:*

— Quem era o secretário?

19



**Jorg Zimmermann** – Engenheiro agrônomo, mestre em desenvolvimento rural, começou sua vida profissional trabalhando na extensão rural na Amazônia. Atuou na organização dos trabalhadores rurais dos então territórios federais de Roraima e do Amapá. No Amapá, na década 1970, exerceu o cargo de secretário executivo da Associação de Crédito e Extensão Rural do Território Federal do Amapá (ACAR-AMAPÁ), posteriormente transformada em Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território Federal do Amapá (ASTER-AP). Em 1977, ajudou na criação da Sociedade Central de Agricultores do Território Federal do Amapá (SOCEAP). Sempre apoiou a liderança de Pedro Ramos. Faleceu em 2014.

*Pedro:*

— O Baraúna. Ele dava um parecer dizendo que as comunidades do interior do Território eram muito bem servidas de Posto de Saúde... E não tinha nada. Quando morre essa expectativa de conseguir o recurso, a gente começa a discutir uma organização mais ampla. A gente começa a discutir a Sociedade Central de Agricultores do Território (SOCEAP).

#### SOCIEDADE CENTRAL DOS AGRICULTORES DO AMAPÁ

*Pedro:*

— Como o sonho morreu, a ACAR-Amapá (Associação de Crédito e Extensão Rural do Território Federal do Amapá) se dispôs a dar todo o apoio pro Zé Ciroca, pra mim e outras pessoas, pra gente sair discutindo o tipo de organização rural para o Território. Aí a gente encontrou o Tomé, encontrou outras pessoas, aí começamos a discutir. A fundação da SOCEAP foi dia 27 de julho de 1977, se não me engano.

*Filocreão:*

— Onde ela funcionou?

*Pedro:*

— Começou a funcionar num espaço cedido pela ACAR. Depois a gente alugou ali na Antônio Coelho de Carvalho. Depois foi lá pra Mendonça Furtado, próximo da igreja, ali perto da casa do Jurandil Juarez. De lá foi quando a SOCEAP começou a desandar e a gente se aproximou da Igreja. A gente foi lá pra Igreja da Conceição. O padre Ângelo nos cedeu um lugar pra funcionar a sede da SOCEAP. Como a gente começou a fazer uma articulação com a Igreja, principalmente com os coordenadores de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que eram basicamente eles os presidentes das Sociedades Locais. Com eles a gente começou a costurar o prédio em que funcionava a FUNDEPRA (Fundação para o Desenvolvimento da Produção Rural do Amapá). Eles tavam devolvendo o prédio para a Igreja e aí fizemos um projeto para

CÁRITAS para compra do prédio. Como a CÁRITAS não financiava, aí negociaram o projeto com a Embaixada do Canadá.

*Filocreão:*

— Teve intermediação da Neusa Zimmermann?

*Pedro:*

— Teve da Neusa Zimmermann e da Elcy Lacerda,<sup>20</sup> que era da CÁRITAS.

*Filocreão:*

— Vamos voltar para a SOCEAP. Ela foi criada em 1977. Quantas Sociedades Locais chegou a ter na SOCEAP?

*Pedro:*

— Perto de 70. Tinha várias no município de Macapá, tinha no município do Amapá, Calçoene e Mazagão. No Oiapoque não chegou a ter devido às dificuldades de acesso.

*Filocreão:*

— Como ela funcionava?

*Pedro:*

— Tinha uma diretoria central que era eleita pelos associados. Dentro das comunidades tinha uma vice-presidência, com tesoureiro e secretário, que eram eleitos pela comunidade, mas homologados pela presidência da SOCEAP.

---

20



Elcy Lacerda – Nasceu em 10 de abril de 1945, em Belém-Pará. Professora e militante política. Ajudou a organizar a União dos Estudantes Secundaristas do Amapá. A biblioteca pública do Amapá recebeu seu nome. Faleceu em 10 de fevereiro de 1996.

*Filocreão:*

— Agora, tinha alguma contribuição dos associados?

*Pedro:*

— Tinha a mensalidade, que era pedida ao associado, não cobrado... Que fizesse essa contribuição. 35% dessa contribuição ficava com a Sociedade Local e 65% com a Central.

*Filocreão:*

— Como se mantinha uma estrutura dessa?

*Pedro:*

— A logística era bancada pela ACAR. Quando a gente fazia encontro... De três em três meses, a gente fazia um encontro da direção das Sociedades Locais com a Central. As pessoas traziam a farinha, a banana, o jerimum, a gente fazia só uma **gororoba** e a gente se mantinha nisso aí. E isso foi o que garantiu mais tarde a fundação do sindicato... A discussão toda para se criar o sindicato.

*Filocreão:*

— Tu foste o primeiro presidente da SOCEAP?

*Pedro:*

— Não, foi o Zé Ciroca. Eu fui o vice-presidente.

*Filocreão:*

— Mas tu chegaste a ser presidente. Quando foi?

*Pedro:*

— Foi quando o Jorg foi embora, em 1979, se não me engano. Foi quando chegou o Barcellos aqui. Eu acho que fui eleito em 1979. No meu período, a gente fez toda a transição para a criação do sindicato. Eu fui participar do 3º Congresso de Trabalhadores Rurais da CONTAG (**Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura**). Participei

como convidado. Voltei muito empolgado com isso aí. Com a saída do Jorg, a SOCEAP foi perdendo apoio.

*Filocreão:*

— O Jorg Zimmermann ficou no governo Henning (1974-1979). Então, a estrutura do estado foi importante para garantir a construção das Sociedades Locais. E começou toda uma discussão de organização dentro do modelo de Sociedade Central. Era um modelo que se discutia bastante. Qual seria a melhor forma de organização dos trabalhadores rurais?

*Pedro:*

— E dessa discussão, não sei se você lembra, foi criada a COMAPA (Cooperativa de Pequenos Produtores do Amapá). Eu fui o primeiro presidente dessa cooperativa. Tem uma discussão que pra mim ainda está em aberto... Que é o fato da diretoria das organizações sociais não poder ser remunerada pela própria organização. O problema é que quem tá na frente dessas organizações não tem tempo para tá na roça. Nos primeiros anos que eu tentei fazer isso, eu fazia a roça, plantava, mas não colhia. Quando não tinha mais o que tirar da roça, comecei a trabalhar em garimpo manual. Com o dinheiro que eu pegava no garimpo, vinha pra Macapá dirigir a cooperativa. Numa dessas minhas idas para o garimpo, cassaram meu mandato. Depois eu falo mais sobre isso aí.

*Filocreão:*

— Nesse período, quais eram os maiores inimigos da SOCEAP?

*Pedro:*

— Eram os pecuaristas, os latifundiários, o pessoal da madeira. A gente teve algumas disputas jurídicas com a BANACOBÁ, a BRUMASA, a própria ICOMI.

*Filocreão:*

— Os trabalhadores dessas empresas vinham correr atrás de vocês para ter apoio e vocês acabavam arranjando muita briga política. E os aliados?

*Pedro:*

— Tinha a Igreja e algumas pessoas. Aliados institucionais a gente tinha mais pessoas. Chegou um período no tempo do Barcellos, que, se eu chegasse na porta de uma secretaria dessa ou do RURAP (Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá) e as pessoas estivessem no corredor e me vissem entrando, todo mundo se escondia nos seus gabinetes e fechava a porta. Parecia que eu era portador de uma doença contagiosa... — Se você soubesse o quanto isso doía em mim. As pessoas tinham medo de falar comigo pela punição que poderiam receber, como a perda do cargo.



#### RACHA DA EXTENSÃO RURAL: PECUARISTAS *VERSUS* PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

*Filocreão:*

— A extensão rural na ACAR se dividiu em dois grupos: o grupo da política e o grupo da tecnologia. O grupo do pessoal do Zimmermann junto com sociólogos e assistentes sociais, que eram de fora do Terri-

tório, entendiam que o problema da extensão rural era de organização política e ajudaram na criação e fortalecimento da SOCEAP; e o grupo dos agrônomos e veterinários do Amapá ligados aos pecuaristas achava que o problema do produtor era tecnológico.

— O conflito se dava no sentido de que os pecuaristas queriam que o apoio da extensão fosse todo pra eles e os pequenos produtores, puxados pelas organizações, queriam o apoio pra lá. Os defensores da pecuária chegavam a zombar do Pedro... “lá vem o Pedrinho com o Zimmermann da SOCEAP”. A disputa pelo apoio da extensão se dava entre os pecuaristas e os pequenos produtores ou de baixa renda, como diziam na época. Desde essa época já existiam **conflitos agrários** no Amapá?

*Pedro:*

— A prática da criação de gado solto aprofundava ainda mais os conflitos. Os búfalos invadiam as roças e a gente entrava na justiça pra cobrar isso aí, e eles não queriam pagar, pois entendiam que as roças deveriam servir de alimento para o gado deles. Os conflitos se acirravam.

*Filocreão:*

— A SOCEAP gastava grande parte do tempo com esses conflitos de pecuaristas com agricultor, pois não havia sindicato.

*Pedro:*

— Tivemos um conflito com o Bira da SEVEL. Ele colocou 800 búfalos na baixa funda, lá no Carmo do Macoacari. Ele chegou e meteu os búfalos nas posses do pessoal. Esses búfalos dele deram um conflito danado. O pessoal lá chegou a virar o carro do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) com o superintendente dentro. A gente ia pra cima do INCRA, pra ele regularizar as posses, e o INCRA retardando. Aí o Bira chegou lá e soltou 800 búfalos... Comeram toda a roça do pessoal.

*Filocreão:*

— Quem era o superintendente do INCRA?

*Pedro:*

— Era o Miraci Neves. Depois quiseram processar o sindicato. Eu era o visado. Era uma briga muito injusta. O pessoal lá matava os búfalos do Bira... — Isso aí não pode ser escrito, hein! Como é que o pessoal matava? Juntavam o esporão da arraia, engatavam na flecha e flechavam o búfalo. O bicho morria seco e pensavam que era ferrada de arraia. Logo logo ele retirou os búfalos de lá.

*Filocreão:*

— Naquela época tinha uma questão importante. Os pecuaristas tinham o poder político e econômico. Eram eles que sentavam na mesa com o governador e direcionavam quem deveria assumir a Secretaria de Agricultura. Eram comerciantes que usavam as terras para colocar búfalo como reserva de valor. O grande empecilho era os agricultores. Esse era o conflito inicial entre a SOCEAP e os pecuaristas de búfalo. Houve muita ameaça de morte. Uma coisa complicada.

— Tem uma questão que ainda precisa ser melhor entendida: como um governo militar, que era o Henning, deixou o Jorg Zimmermann solto?<sup>21</sup> Ele conseguiu fazer uma mobilização no campo que mexeu com toda a organização rural. Ele e o grupo dele. Era a Silmara, o Dario, que era sociólogo e se envolveu na organização dos pescadores, a Neusa, esposa do Zimmermann e assistente social.

*Pedro:*

— Teve uma coisa que contou muito aí e deixou o Jorg mais solto. Foi o grupo de extrativista que veio do Rio Maracá. Eles faziam uma acusação muito grave e, com apoio do Jorg, eles conseguiram uma audiência com o governador Henning. Eles denunciavam que o Japonês, quando o pessoal vinha baixando com a produção de castanha, fazia pirataria.

---

21 A presença do Jorg Zimmermann no governo Henning é uma questão instigante. Como um governador militar deixou o Jorg Zimmermann atuar tanto em benefício da organização dos trabalhadores rurais, a considerar o peso político dos pecuaristas, que viviam em conflito com os pequenos produtores rurais?

Ele mandava os jagunços pra cima da embarcação, eles espancavam os extrativistas, jogavam n'água, roubavam toda a produção e afundavam a embarcação.

*Filocreão:*

— Eles arrendavam os castanhais e não podia passar nada.

*Pedro:*

— Isso. Então, quando o Henning ouviu isso aí, ele mandou a polícia apurar. Isso levou à desapropriação de terras da Companhia Industrial do Amapá, uma das empresas da Jari. Isso também ajudou muito o Jorg a ficar meio solto para organizar esse pessoal. Porque, pra mim, o Henning, mesmo sendo um militar, ele era um militar da cabeça mais aberta.

*Filocreão:*

— Mais avançado que o Barcellos?

*Pedro:*

— Vixe, e muito! O Barcellos era linha dura. Agora, tinha uma coisa que eu admirava no Barcellos. Ele podia ser uma pessoa muito cruel com os inimigos dele, agora com os amigos dele... Ele fazia tudo para protegê-los. Ele não largava os amigos.

*Filocreão:*

— Uma outra questão desse momento de SOCEAP... Tinha essa polarização, esse conflito no campo. Sempre se passava a impressão de que no Amapá não tinha conflitos agrários. Sempre se procurava mostrar nos relatórios técnicos que não havia conflitos agrários. E os fatos mostravam o contrário.



## PARTE V

### APOIO DA IGREJA E A SOCEAP

#### A IGREJA

*Filocreão:*

— E a Igreja? O que ela fazia? Ela não acreditava na SOCEAP?

*Pedro:*

— Uma das coisas que passava pelas cabeças de alguns da Igreja, como a do Sandro Gallazzi, era que a SOCEAP era uma coisa oficial criada pelo governo, portanto era para servir o governo. Isso passava na cabeça dele.

#### INSTITUTO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ

*Pedro:*

— Mas, também houve outros conflitos, como os com o **Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA)** pela apropriação da terra. O que era que eles faziam? Eles compravam uma terra por licitação pública, mas tinha aquele morador que tava ali próximo, então eles iam cercando com a plantação de pinus até deixar a pessoa ilhada ali dentro. Primeiro eles ofereciam um salário para a pessoa ficar olhando lá, pra não deixar ninguém invadir nem botar fogo no plantio deles. Depois, quando a pessoa ficava bem amigo deles, eles faziam a oferta

da compra do terreno. A pessoa comprava uma casa na cidade, depois não dava certo e queria voltar pro campo. Já pensaste?

## Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA)

**S**OB o patrocínio da ICOMI, esteve no Amapá, de 23 a 30 de setembro, uma Missão de Estudos Chefiada pelo Sr. Edmundo Barbosa da Silva e composta pelas seguintes pessoas: Srs. Afonso Simões Correia, Diretor do Departamento de Produção Agropecuária do Ministério da Agricultura, Glauco Pinto Viegas, Diretor do Instituto Agronômico de Campinas, Ivan Cajueiro, Diretor do Centro de Treinamento de Campinas, Walter Crawford, da "American International Association", Clyde Mitchell, Chefe da Missão CIDA no Brasil, Albert Pollard, da US-AID, João Quintiliano de Avellar Marques, da DEMISA, João Jacob Hoelz, do Instituto Agronômico de Campinas, Johann Ohler, da Missão CIDA, Marden Jesus dos Santos, Diretor da Divisão de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Manoel Borges Mattos, da Secretaria de Agricultura de São Paulo e Sebastião Rabelo Mendes, Economista da SPVEA.

A Missão tinha por objetivo aprofundar os estudos feitos por outro grupo de especialistas que estivera no Amapá em fevereiro último, a respeito da criação do Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá. (IRDA). O IRDA está sendo concebido como o órgão capaz de promover a realização das pesquisas e dos estudos necessários à correta programação de projetos específicos, públicos ou privados, que, no campo econômico e no campo social, promovam o progresso material e humano da comunidade amapense atual e futura, mediante o aproveitamento racional dos recursos naturais postos à sua disposição.

Na execução de suas tarefas, o IRDA terá como principal objetivo a disseminação dos resultados obtidos, através de práticas de assistência e demonstração, bem como pela elaboração de projetos e programas, colocando-os à disposição da comunidade sob a forma de eficazes instrumentos de seu desenvolvimento econômico e social.\*

O IRDA, cuja instalação está prevista para breve, é mais uma iniciativa da ICOMI inspirada pelo desejo de bem cumprir suas responsabilidades sociais em outras com a mesma finalidade, como a recentemente inaugurada COPRAM.

### CAMPO DE POUSO EM TUCUNARÉ

Prosseguindo na tarefa de desbravamento do fundo interior do TFA, vem o Governo Territorial de construir um campo de pouso em Tucunaré, no Município do Amapá. O campo conta 600 metros de extensão e 40 de largura, e está localizado numa fazenda municipal, tendo sido o piloto Juarez Queiroz o primeiro a nele pousar, com o avião "Cesna" do Governo.

Ao mesmo tempo em que esta notícia foi dada ao conhecimento público, informou-se que o Governo Territorial toma outras providências relativas ao seu plano de penetração, inclusive a compra de um novo avião "Cesna 206", de velocidade igual à dos DC-3, e a obtenção de um avião de grande porte a ser fornecido pelo Governo Federal, e estuda a possibilidade de adquirir um helicóptero para o rápido deslocamento de médicos, professores, etc., às regiões de pouso difícil.

17

Fonte: Revista ICOMI, Edição de novembro de 1964<sup>22</sup>.

## BANDEIRAS DA SOCEAP

*Filocreão:*

— Quais foram as principais bandeiras da SOCEAP?

*Pedro:*

— Pela luta da terra, pela regularização fundiária... Aqui era muito difícil regularizar uma posse. A outra era a econômica... Para colocar

---

22 REVISTA ICOMI, edição de novembro de 1964. Disponível em: <<http://casteloroger.blogspot.com/2018/04/revista-icomi-noticias-n-11-1964.html>>. Acesso em 3 de agosto de 2020.

o produto no mercado para vender, abrir mercado. Também a própria organização em si. Foi com a SOCEAP que os trabalhadores rurais pela primeira vez tentaram se organizar no estado, nos vários municípios onde a SOCEAP atuava. A gente começou a ajudar na questão das pessoas que não tinham documentação civil: certidão de idade, carteira de identidade, CPF. E o transporte também, que era muito precário nessa época.

#### INIMIGOS DA SOCEAP

*Filocreão:*

— E quem eram os principais inimigos da SOCEAP?

*Pedro:*

— Partiam de algumas esferas de governo, principalmente aquelas esferas que eram ocupadas por pecuaristas. Tinha toda uma questão ideológica nisso aí. Viam a organização de trabalhadores como uma coisa de subversivos. Alguns secretários eram contra, principalmente os secretários da área econômica. Dentro da Secretaria da Agricultura, o Júlio Cantelli não era muito a favor. Depois, o Abemor Coutinho também não era muito a favor. O Walter Sobrinho era meio sabonete, quando tava com a gente, era a favor; quando tava distante, mudava um pouco o discurso.

#### ALIADOS DA SOCEAP

*Filocreão:*

— Quem eram os principais aliados da SOCEAP?

*Pedro:*

— Os aliados eram quase todos os técnicos da ACAR, a grande maioria. Também tinha outras pessoas que não eram da ACAR, mas atuavam no segmento de pesca, como a Silmara e o Dario. A Mércia, que nessa época era do INCRA, também era uma grande aliada nossa. E uma parcela da Igreja Católica, com quem depois continuamos a luta.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO AMAPÁ<sup>23</sup>

*Filocreão:*

— A CPT já estava constituída?

*Pedro:*

— Não. A CPT foi constituída nessa transição da SOCEAP para a criação do sindicato, porque aqui tinha a Pastoral Rural e não fazia sentido ter a CPT. Como os companheiros do Afuá vieram aqui pedir ajuda para constituir o sindicato deles, já que também estávamos discutindo a criação do nosso sindicato, e como não podíamos atuar em outro município, eu e o Braga, nesse tempo ainda padre, resolvemos trazer a CPT pra cá. Ele foi o primeiro coordenador da CPT aqui. Conversamos com Ranulfo, que era o coordenador regional da CPT, com Dom Alberto Ramos em Belém. Aí a CPT estendeu sua atuação para o Amapá.

SANDRO GALLAZZI E OS PADRES CATÓLICOS

*Filocreão:*

— E a chegada do Sandro Gallazzi?<sup>24</sup>

*Pedro:*

— O Sandro Gallazzi atuava na Serra do Navio. Ele teve um papel importante na organização do movimento. Quando ele e a Anna, que

---

23 A CPT no Amapá atualmente é coordenada pelos missionários Sisto Magro e Dennis Koltz.

24



**Sandro Gallazzi** – Um dos fundadores da CPT no Amapá, foi um importante agente da pastoral na organização dos trabalhadores rurais do Amapá. Sandro e sua esposa, Anna Maria Rizzante, foram combativos nos casos de grilagem de terras e nos impactos ambientais da mineração no Amapá. Atualmente, vivem em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Continuam na luta pela reforma agrária!

hoje é esposa dele, se apaixonaram, os padres velhos daqui se voltaram contra ele, tanto que quase que ele não fica aqui no Amapá. Teve outros padres também muito importantes para nossa luta, como o Padre Ângelo D'Amarem, o Padre João Gada e outros padres. Foi com eles que a gente conseguiu avançar através das Comunidades Eclesiais de Base rumo à constituição do sindicato.

FIM DA SOCEAP

*Filocreão:*

— Em qual ano que acabou a SOCEAP?

*Pedro:*

— Forçaram a desintegração dela em 1980. Em 1981, a gente já tava na eminência de fundar o sindicato. Em 1982, a gente já tava com o sindicato fundado. Foi nesse período que iniciou a decadência dela. Resistiu até 1984 enquanto força, depois foi recuando, recuando, até se desintegrar por completo.



PARTE VI  
“PARA O POBRE TODA  
DESGRAÇA É POUCA”

CRIAÇÃO DA COOPERATIVA DOS  
PEQUENOS PRODUTORES DO AMAPÁ

*Filocreão:*

— E a criação da COMAPA?

*Pedro:*

— A COMAPA era mais para cuidar da comercialização, que era uma das bandeiras de luta da SOCEAP. A SOCEAP não podia comercializar. As pessoas tinham a SOCEAP mais como organização tipo sindical, tipo associação. E foi organizada a COMAPA, que era a Cooperativa dos Pequenos Produtores do Amapá, mais afeita ao modelo de cooperativa voltada para a comercialização. A gente conseguiu avançar bastante. Nós tivemos ajuda do Ribamar, da Amélia. A cooperativa ficou mais ou menos estruturada. Mas, os nossos adversários eram tão fortes que conseguimos um armazém na Fazendinha, onde nós depositávamos arroz. Tínhamos feito um empréstimo do governo federal. Com 18 dias, o arroz tava todo apodrecido, tava germinado. O pessoal abriu maldosamente e choveu em cima. Houve um prejuízo muito grande pra gente. A gente não conseguiu pagar toda a dívida. Por conta disso, a gente fez um projeto em nome da COMAPA pra CÁRITAS, pra gente tentar construir um armazém. A COMAPA funcionou três anos mais ou menos bem. Mas, como para o pobre toda desgraça é pouca...

DESTITUIÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA COMAPA

*Pedro:*

— Quando eu fui para a presidência da COMAPA, a gente ainda tinha algum recurso no interior... Fazia roça. Mas não deu mais, porque fazia roça, mas não chegava a colher. Aí eu comecei a trabalhar no garimpo. Numa dessas minhas idas para o garimpo, onde eu ficava cerca de dois meses, conforme a fatura eu vinha embora pra Macapá, pra ficar aí na frente do movimento. Numa dessas vindas, o pessoal da Secretaria da Agricultura... Não sei se tu te lembras da Tereza Serrano... Ela, pela Secretaria de Agricultura, se junta com o pessoal do INCRA, do Departamento de Cooperativa que tinha lá, eles foram na Colônia Agrícola do Matapi, trouxeram uns agricultores, fizeram uma assembleia geral aí no terminal, aí me destituíram do cargo e elegeram um cara lá da Colônia Agrícola do Matapi. Com 12 dias depois, eu cheguei aqui em Macapá. O pessoal da Igreja, os coordenadores de Comunidades Eclesiais de Base estavam reunidos no Colégio Diocesano. Aí eu fui lá. Não sabia de nada. Quando cheguei lá, eles me contaram. Me perguntaram o que iria fazer. Respondi que eles me fizeram um grande bem... Que a COMAPA só era problema e a gente tava tentando levar.

— Depois eu vim entender que toda aquela manobra era por causa do projeto que a gente tinha feito pra CÁRITAS. Um projeto de 12 milhões de cruzeiros que a CÁRITAS tinha conseguido aprovar na Embaixada do Canadá, e eles souberam do dinheiro. Quando eu cheguei aqui, depois que eles tinham me destituído, por coincidência, eu estava na casa do Padre Ângelo D'Amarem, aí me deu vontade de pegar o telefone e ligar pra Neusa. Aí eu telefonei pra ela e ela diz que tava doida pra falar comigo. Perguntei então o que foi que houve. A Neusa me disse então que o projeto havia sido aprovado. Ela perguntou como fazia pra mandar o dinheiro. Eu disse: — Você não vai fazer nada pra mandar o dinheiro —, e contei o que tava acontecendo. Aí mandaram uma passagem pra eu ir lá em Brasília. A gente foi lá pra Brasília, desfez todo o projeto e transformou num projeto da SOCEAP. Aí veio o dinheiro, que foi repassado direto pra Diocese, que foi pra comprar aquele prédio lá (refere-se ao prédio do antigo Cine Paroquial, na esquina da Avenida Feliciano

Coelho com a Rua Jovino Dinoá, no bairro do Trem). Aí, o pessoal vinha atrás do dinheiro e eu dizia: — Rapá, sei lá de dinheiro!



Foto: Marco Chagas.



Foto: Marco Chagas.

*Filocreão:*

— E o caminhão?

*Pedro:*

— Aquele caminhão já foi comprado depois, em 1987, com dinheiro de uma entidade italiana que faz doação pra Igreja.

REAPROXIMAÇÃO COM A IGREJA

*Filocreão:*

— Então, a partir da COMAPA, vocês voltaram a fazer uma aproximação com a Igreja?

*Pedro:*

— Sim. Isso por orientação do Jorg. Antes dele ir embora, ele me chamou lá no gabinete dele e falou que eles iriam embora (Jorg e Neusa), que tava terminando os quatro anos de mandato do governo Henning e, como a gente iria perder o apoio da ACAR, que a gente procurasse se aproximar da Igreja. Com a própria Neusa, eu fiz várias reuniões com vários padres, com alguns pastores, mas só vingou mesmo a aliança com a Igreja Católica. Foi a grande aliada nossa.

FIM DA COMAPA

*Filocreão:*

— E a COMAPA? O que aconteceu com ela?

*Pedro:*

— A COMAPA, depois de seis meses, faliu. Eu acho que o interesse mesmo era falir. Uma organização que tava no alvo dos adversários... Queriam fazer com que ela não vingasse e conseguiram. Até hoje essa constituição de cooperativa ainda não é bem compreendida pela gente. Precisamos muito entender esses conceitos da economia solidária.

PARTE VII  
PEDRO E TOMÉ PRESOS PELA  
POLÍCIA FEDERAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES  
RURAIS DO AMAPÁ

*Filocreão:*

— Com as dificuldades da SOCEAP e da COMAPA, então a alternativa foi a criação do sindicato? Quem orientava a criação do sindicato?

*Pedro:*

— Não foi por acaso. Quando foi em 1977, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) fez o seu congresso. O Zé Ciroca era o presidente da SOCEAP. Ele não pode ir, aí eu fui. Eu era o vice-presidente da SOCEAP. Foi a primeira vez que eu saí do estado do Amapá. Fui pra Belém e de lá pra Brasília. E lá em Brasília as discussões foram tão boas, tão pertinentes... Aí eu já vim com aquilo no sangue, com tesão novo... Vocês desculpem aí a palavra. E aí conversamos com os companheiros... Como a gente tava com poucas perspectivas de dar continuidade na SOCEAP do jeito que ela era, aí começamos a fazer reuniões.

— O pessoal de Santarém que tava lá no congresso, o Ranulfo, o João Lira, o Geraldo Pastana, veio para o Amapá nos ajudar nas discussões. De vez em quando vinha um deles. E isso foi empolgando a gente. A gente foi entendendo por que o sindicato é importante, entendendo as lutas de classe, porque quem mais discute as lutas de classe é o movimento sindical. Aí a gente trabalhou mais ou menos uns oito meses, aproveitando a estrutura da SOCEAP comunitária. A gente pegava aquela estrutura e discutia o sindicato. Até as próprias subsedes da SOCEAP se

transformaram em delegacias sindicais. Foi uma boa mobilização. Nós estávamos com mais de 1.000 companheiros na fundação do sindicato. Mazagão tava presente, mas eu não sei o que houve que eles não quiseram se filiar no sindicato. Acho que eles tinham a pretensão de fundar um outro sindicato. Houve um desentendimento aí. Não sei bem o que foi.

#### PEDRO E TOMÉ PRESOS PELA FEDERAL

*Pedro:*

— Quando a gente fundou o sindicato, a Polícia Federal prendeu eu e o Tomé.<sup>25</sup> Ele foi pra Federal e eu fui pro DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Fizeram o depoimento, passou uma meia hora, aí a gente voltou. O pessoal já tava indo pra lá.



---

25 Tomé de Souza Belo, o Tomé – Era o mano mais querido de Pedro e com ele lutou em várias frentes de batalha. Foi fundador do PT, da CUT, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Estado do Amapá. Foi também fundador das Escolas Família

*Pedro:*

— O problema foi que de noite quebraram o carro do Jorge... Não sei se tu te lembrás do Jorge da Paula, aquele moreninho que trabalhava na LBA. Quebraram o carro dele pra tirar os documentos do sindicato, mas a gente já tava chegando em Belém com os documentos do sindicato.

*Filocreão:*

— Quem vocês imaginam que estava operando contra a organização do sindicato?

*Pedro:*

— A gente suspeitava que era o grupo do Barcellos. Agora quem, a gente não conseguiu identificar.

## ATUAÇÃO NO MOVIMENTO POLÍTICO DOS TRABALHADORES EM NÍVEL NACIONAL

*Pedro:*

— A gente começou a trabalhar no movimento nacional. Daqui do Norte, era eu, o Valdir Ganzer, o Ranulfo<sup>27</sup> e mais dois meninos do Pará. A gente fazia parte da ANAMPOS (Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical). Quando foi em 1978, a gente participou do 1º ENOES (Encontro Nacional em Oposição à Estrutura Sindical). Nesse tempo ainda

---

do Amapá<sup>26</sup>, tendo comandado, com sua esposa e filhos, a Escola Família Agroextrativista do Carvão, na comunidade onde vivia, no município de Mazagão. Faleceu em 6 de novembro de 2017.

26 Para conhecer a história das Escolas Família do Amapá, acesse: <[https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/02/SistematizacaoEFAS\\_web\\_1.pdf](https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/02/SistematizacaoEFAS_web_1.pdf)>.

27



**Ranulfo Peloso da Silva** – Paraense, educador popular, formado pelo ITER – Instituto de Teologia do Recife (1968-1972). Foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém – PA, de 1980 a 1983; assessor do Departamento Rural da CUT-SP, de 1985 a 1988; educador no Instituto Cajamar em 1988; assessor parlamentar na Câmara Municipal de São Paulo em 1989. Foi membro

não era sindicato, ainda se manifestava como movimento de oposição à ditadura. Depois veio o ENTOES, que era o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical, e depois a gente criou a ANAMPOS, que era visando criar a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Então, toda a discussão da ANAMPOS, os cursos, os treinamentos, essas coisas assim, me ajudavam a compreender as coisas, trazer pra cá e repassar para os companheiros. Então, isso foi muito importante.

#### CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES E CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES

*Pedro:*

— Na discussão da criação da Central, o congresso que era pra constituir a CUT, em Praia Grande, em São Paulo, virou um grande circo de pancadaria. Ali eu vi trabalhador batendo de pau em trabalhador. Ali se rachou no meio o movimento. Aí se constituiu o grupo que seguia o Lula e o grupo que seguia o pessoal da Força Sindical, que era do Joaquinzão. A partir dali, a gente viu que não dava. A gente marcou uma nova reunião para constituir a CUT, já em São Bernardo dos Campos, só com o pessoal que se posicionou ao lado do Lula. O pessoal do Joaquinzão, mais tarde, criou o CONCLAT. Na verdade, o CONCLAT, logo que a gente iniciou, era a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, mas depois que foi criada a CUT, o Joaquinzão com o seu pessoal lá criou o CONCLAT, mas com a visão de criar uma outra sindical, que depois foi transformada em CGT (Central Geral dos Trabalhadores). Mais tarde a CGT deu origem à Força Sindical. Então, isso fazia com que a gente pegasse algum conhecimento e

---

da Equipe de Educação Cidadã – TALHER, do Setor de Mobilização Social do Programa Fome Zero, ligado à Presidência da República em 2003. Além de educador popular no CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, de novembro de 1989 a 2016 (CUT, 2020)<sup>28</sup>.

28 CUT – Central Única dos Trabalhadores. Ranulfo Peloso da Silva. Disponível em: <<https://conferencianacional.cut.org.br/palestrante/ranulfo-peloso-da-silva/>>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

viesse trazendo pra cá (Amapá). De forma que, quando a gente constituiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá... Acho que foi mais por isso que a Federal foi em cima de mim e do Tomé. A gente aprendeu que existe uma luta de classe que não dá refresco pra trabalhador.

## CRIAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

*Filocreão:*

— E na constituição do PT?

*Pedro:*

— É um negócio interessante. Eu também participava da reunião para criar o partido. Tinha os intelectuais, que era o Paulo Freire, o Moacir Gadotti, a Marilene Chauí, tinha o pessoal dos metalúrgicos, entre eles o Lula, tinha o pessoal das pastorais da Igreja e tinha a **piãozada**, que era eu, o Manoel da Conceição e tantos outros. A gente discutia a possibilidade de criar o partido. A gente veio com aquela ideia. Aqui no Amapá, a primeira pessoa com quem a gente teve contato foi o Braga. Basicamente a gente criou o PT daqui numa mesa do IPAR (Instituto de Pastoral Regional), lá em Belém. A gente começou a mapear o que era que a gente ia fazer pra criar o PT. Fizemos uma reunião com o pessoal das Comunidades Eclesiais de Base que tava no interior. O pessoal topou, agora faltava levar para o pessoal da cidade. Tava o Batista, o Amanajás... Bom, aí a gente constituiu o Partido dos Trabalhadores com essas forças aí. Mas, isso nos deu um problema. Nas primeiras eleições de 1981, o PT tinha que obter 5% dos votos e aqui ninguém queria ser candidato do PT. O nosso candidato era vendedor de picolé, pessoa simples. O Braga sempre esteve na frente... Se candidatou a prefeito. Foi assim.

*Filocreão:*

— Mas, tu participaste da criação do PT nacional?

*Pedro:*

— Participei. Eu sou do Grupo dos 113.



## PARTE VIII

### LUTA PELA TERRA E O CNS

#### ORGANIZAÇÃO SINDICAL

*Filocreão:*

— Como foi a discussão da base sindical?

*Pedro:*

— A nossa base do sindicato era territorial. Era um sindicato só para todo o Território do Amapá. Eu fui presidente desde a criação, em 1981, até 1987, quando nós fizemos o 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais do Território Federal do Amapá. Quando saí, entrou o Gerson. Eu não sei como eles fizeram o desmembramento do sindicato... Da forma que foram desmembrados... Criados alguns sindicatos.

*Filocreão:*

— E a manutenção do sindicato? No início com apoio da ASTER foi mais fácil. E depois?

*Pedro:*

— Foi um negócio interessante. A gente estruturou o sindicato com as delegacias sindicais e tinha que pagar a mensalidade. Os companheiros pagavam. A cada três meses fazíamos o encontro da diretoria do sindicato com as delegacias sindicais. A gente chegou a ter 86 delegados sindicais. Eles traziam a farinha, traziam a banana, traziam o jerimum. Não traziam outras coisas, mas por aqui a gente dava o jeito de comprar

o peixe, a carne. A gente fazia o pirão e comia junto. O sindicato fazia uma fofoca do diabo (risos).

*Filocreão:*

— Quais foram os maiores inimigos do sindicato?

*Pedro:*

— Continuavam sendo o governo, a ICOMI, a BANACOBÁ, a BRUMASA e, a partir de 1984, os enfrentamentos com a Jari. Foram lutas boas.

*Filocreão:*

— Quem eram os principais aliados do sindicato?

*Pedro:*

— Era a Igreja. O Eduardo Contreras, que era um bom advogado, se colocou à disposição do sindicato; a Mércia do INCRA. Os aliados eram contados nos dedos.

*Filocreão:*

— Tu ficaste na direção do sindicato em que tempo?

*Pedro:*

— O primeiro presidente do sindicato foi o Manuel de Nazaré. Foi um acordo nosso. Nesse tempo eu era tão perseguido que não dava pra ser presidente. Eu era secretário. Na outra eleição, eu fui presidente e fiquei até final de 1987. Fizemos a eleição e a gente passou para o Gerson.<sup>29</sup> Depois do Gerson veio o Tomé, depois o Moacir, depois o Sabá do Curiaú e depois os municípios passaram a ter seus sindicatos.

---

29 **João Gerson Morais Cardoso, o Gerson** – Em 1987 sucedeu a Pedro Ramos na presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá. Depois trabalhou em Serra do Navio, na administração da prefeita Francimar Pereira da Silva Santos. Em 2012 presidiu o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Formou-se em Direito e vive na Serra do Navio.

## CAPIBERIBE, SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO AMAPÁ

*Pedro:*

— Em 1985, a gente elegeu o presidente Tancredo Neves, que morreu, e assumiu o Sarney. Aqui no Amapá aconteceu uma coisa interessante. Os candidatos a governador do Território pelo PMDB que haviam saído vitoriosos com Tancredo eram: Capiberibe, Gantuss, Azevedo Costa, Jurandir Juarez e Paulo Uchoa. Aí ficaram numa **lenga-lenga...** Não decidiam quem iria ser nomeado. O Território ficou seis meses sem governo. Aí o Sarney mandou o Nova da Costa de presente como governador. Com a chegada do Jorge Nova da Costa, a gente se junta, todos os movimentos sociais, e faz uma reivindicação ao governador: — Que nomeasse o Capiberibe como secretário de Agricultura. Ele nomeou e uma das primeiras coisas que a gente discutiu foi a criação da Feira dos Agricultores.

## CRIAÇÃO DO INCRA NO AMAPÁ

*Pedro:*

— Esse período de 1985, 86 e 87 foi de muita luta. Uma das dificuldades era que o INCRA no Amapá era uma representação do Pará. O superintendente regional do INCRA, chamado Belmiro dos Santos, era assessor jurídico da Jari e professor de Direito Agrário no Pará. Eu descobri isso por acaso. Foi um documento que chegou no sindicato, dizendo que era pra gente ter cuidado, repensar a forma de luta no estado, principalmente na área do Cajari. A gente fazia uma luta muito grande com apoio da Mércia no INCRA, que foi uma pessoa que ajudou muito a gente, numa tentativa do INCRA fazer a discriminatória de terra no Sul do Amapá, e o INCRA nunca quis fazer, porque era no tempo que a Jari tava implantando as fazendas de búfalos no Cajari. Quando eu recebo esse documento... — Como a gente vai fazer... Com esse cara aí não vai dar. Aí tinha estado aqui no Amapá um professor da Paraíba chamado Paulo Coelho, mas não é esse Paulo Coelho que escreveu *Brida*. Esse era

envolvido com o Batista, com o Eugenio, com o Maurício Júnior e veio aqui ajudar no trabalho de conclusão de curso deles.

*Filocreão:*

— [...] no trabalho deles de conclusão de curso de especialização em Educação de Adultos.

*Pedro:*

— Isso. Aí inventaram de eu fazer uma palestra sobre plágio escolar, a cola. Depois que terminou a palestra, o Paulo me convidou para tomar uma cerveja lá na Beira-Rio. Conversa pra cá, conversa pra ali, ele fala pra mim: — Eu conheço os filhos do ex-governador daqui, do Janary Nunes. Pergunto: — Conheces? Como é que eles são? Ele fala: — A Iracema casou com um oficial do exército; o Janaryzinho é direitona; o Rudá não é nem peixe nem carne; tem o Guairacá que é metido a esquerda, mas é porra louca.

— Eu havia recebido aquele documento sobre o cara do INCRA em Belém, que era também assessor jurídico da Jari... — Como é que eu faço? A gente tem que criar uma superintendência do INCRA no Amapá. Fiquei pensando e fui lá com o Capiberibe. Mostrei pra ele o documento e perguntei se não dava pra gente criar uma superintendência do INCRA no Amapá. Ele disse que dava e que iria falar com a Raquel, que era deputada federal. Com quatro dias depois, a gente sentou para somar esforços para criar a Superintendência do INCRA no Amapá. A minha parte era mobilizar algumas autoridades em Brasília; a da Raquel era em nível de Congresso. Aí perguntaram:

— Mas, qual o nome que nós vamos indicar? A gente não tem nome. Eu digo: — Tem sim! O Guairacá Nunes... Eu nem o conhecia! (risos). Fiquei de falar com o Guairacá. Telefonei para o Paulo e pedi o telefone do Guairacá. Liguei e ele topou. Pediu para mandar uma passagem pra ele, falei com o Capi e com dois meses a Superintendência do INCRA tava funcionando no Amapá.

## CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

*Filocreão:*

— Como se deu a criação do CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros)?

*Pedro:*

— A criação do CNS foi em outubro de 1985, em Brasília, na UnB (Universidade de Brasília), e nós não conseguimos ir. A Mary Allegretti tinha arrumado um dinheiro lá com o pessoal. O Cristovam Buarque era o reitor da UnB. Então não deu, mas em 1986 eu já fazia parte do conselho. Eles me convidaram. Eu era um membro convidado, mas não fazia parte da diretoria, tampouco o Chico fazia parte da diretoria. O primeiro presidente do CNS foi o Jaime Araújo, que era do Amazonas. Quando foi em 1987, nós estivemos lá no Acre, eu, o Manoel da Conceição, o Brás... Foi uma turma daqui, uns oito ou nove. Aí a gente já veio com a incumbência de implantar a regional do CNS no Amapá. Depois da morte do Chico, eu assumi a vice-presidência do CNS.

— Eu não podia ficar no sindicato querendo fazer o trabalho do Conselho Nacional dos Seringueiros, que havia sido criado em 1985. Nem o sindicato daqui do Amapá, nem do Acre, nem do Pará... Eles não abraçavam a luta específica das populações tradicionais, dos extrativistas. Eles tavam mais voltados para a questão agrícola. A gente foi compreendendo isso e, com o Chico, a gente funda o Conselho Nacional dos Seringueiros. Quando eu deixo a presidência do sindicato, eu já vou cuidar do CNS implantado aqui. Já era dirigente nacional do CNS.

WILSON PINHEIRO, CHICO MENDES E AILTON KRENAK

*Filocreão:*

— Como foi construída essa relação Amapá-Acre?

*Pedro:*

— Acho que isso tem alguma coisa a ver com destino. O Chico Mendes<sup>30</sup> nunca veio no Amapá e eu nunca fui no Acre. Mas, a gente vivia se encontrando por aí, nessas esquinas da vida. Em 1979, eu conheci o Chico num congresso da CONTAG. Ele me disse que era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Acre e que lá tinha problemas com os seringais, com os castanhais, com essas coisas todas aí... E isso nos aproximou. Eu falava pra ele das coisas do Amapá e ele me falava das coisas do Acre, como eles se organizavam no Acre. O Wilson Pinheiro<sup>30</sup> ainda estava vivo. Só que aqui no Amapá, diferentemente do Acre, ainda não tinha esse negócio do fazendeiro bronco, que mandava matar, embora existisse conflito, mas não era dessa natureza.

— Conheci outro personagem que teve muita influência, principalmente sobre a minha pessoa e a pessoa do Chico, que foi o Ailton Krenak.<sup>32</sup> A gente conversava horas nesses eventos da CONTAG. O Ailton falando das questões dos índios e a gente falando da questão dos

30



Wilson Pinheiro e Chico Mendes – “Os dois líderes sindicais que se destacaram na luta contra os fazendeiros, no Vale do Acre, tiveram uma trajetória social semelhante e o mesmo destino: Wilson Pinheiro, seringueiro e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasiléia, iniciou sua carreira como delegado sindical em 1975 e foi assassinado em 1980; Chico Mendes, seringueiro, secretário do STR de Brasiléia e presidente do STR de Xapuri, iniciou seu trabalho sindical no mesmo ano e foi assassinado em 1988 (ALLEGRETTI, 2002, p. 192)<sup>31</sup>.”

31 ALLEGRETTI, M. H. *A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. 2002. 827f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

extrativistas. A sociedade brasileira não conhecia esse segmento dos extrativistas. Quando o Chico fazia um encontro no Acre, que gerava um documento, ele mandava uma cópia pra mim; quando a gente fazia aqui, eu mandava pra ele. A partir daí a gente foi estreitando nossas relações. O que o Chico defendia era muito parecido com o que a gente defendia aqui no Amapá. Eu defendia a questão do trabalho agrícola, mas depois eu comecei a me envolver com a questão do extrativismo, até mesmo pela minha origem de extrativista. Aí eu fui deixando a questão agrícola.

32



**Ailton Krenak** – Líder indígena, com Chico Mendes ajudou na mobilização para criação da Aliança dos Povos da Floresta, que contribuiu para a concepção das Reservas Extrativistas. É autor de *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* (2019).





PARTE IX  
TINHA UMA RESEX NA  
ESTRADA DO BARCELLOS

CENÁRIO DA LUTA DE PEDRO NO SUL DO  
AMAPÁ<sup>33</sup>

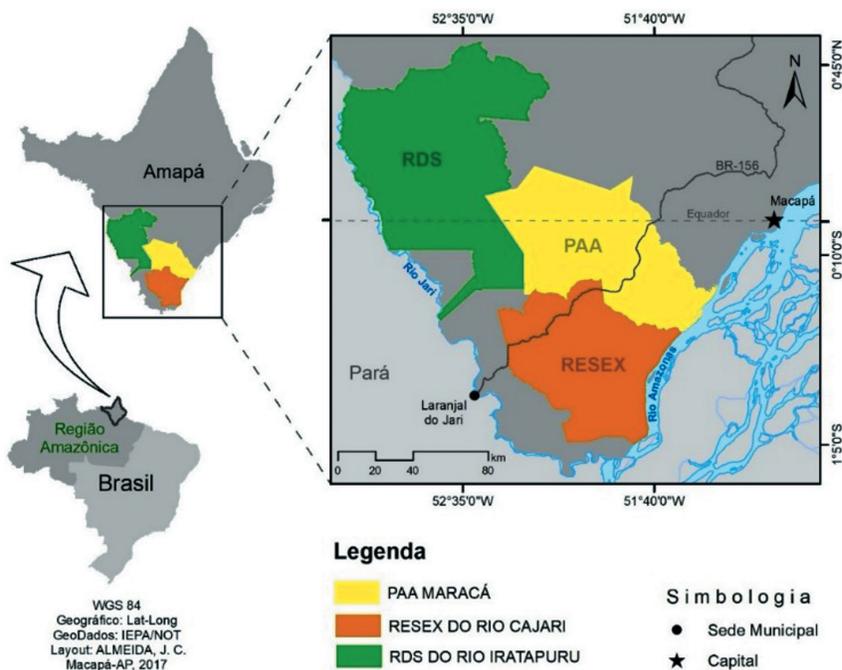
A região sul do estado do Amapá, na fronteira com o Pará, pode ser considerada um verdadeiro laboratório para pesquisa socioambiental. A história da apropriação de terras do Projeto Jari e os consequentes conflitos pela reconfiguração do espaço como resultado das lutas de comunidades extrativistas para criação de unidades territoriais voltadas para o uso sustentável constituem elementos que motivam pesquisas interdisciplinares.

Nesse cenário de conflitos permanentes, de lutas por direitos cognitivos e por políticas públicas, os governos federal e do Amapá, entre as décadas de 1980 e 1990, criaram unidades territoriais de uso especial, especificamente o Assentamento Agroextrativista Maracá (PAA Maracá), a Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX Rio Cajari) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDS do Rio Iratapuru).

---

33 RIBEIRO, Adalberto Carvalho; CHAGAS, Marco Antonio; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. *Capital Social e Clientelismo em Comunidades Extrativistas no Sul do Amapá – Amazônia brasileira*. Novos Cadernos NAEA, v. 22, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/5979>>. Acesso em 1º de setembro de 2020.

Localização do PAA Maracá, RESEX do Rio Cajari e RDS do Rio Iratapuru



Fonte: Elaborado pelo geógrafo Jadson Cardoso de Almeida.

Essas unidades territoriais foram criadas em um momento histórico de intensos debates e embates do socioambientalismo na Amazônia, com destaque para o movimento dos seringueiros liderado por Chico Mendes, Pedro Ramos e apoiado por uma rede de solidariedade global. Naqueles tempos, os trabalhadores rurais também se organizaram no Amapá e se fizeram presentes por meio de conquistas em favor do direito de viver em áreas fora do sistema capitalista dominante na região.

Na década de 1980, com a ascensão do movimento socioambiental na Amazônia, verificou-se, e a sociedade se deu conta disso, a capacidade de organização e de luta de comunidades que até então eram invisibilizadas pela negação de alternativas políticas e de direitos, principalmente à

terra, como os pequenos agricultores, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros e outros grupos sociais.

RESEX DO RIO CAJARI E IMPACTOS DA BR-156, TRECHO  
MACAPÁ-JARI

*Filocreão:*

— 1992 foi um ano conturbado para o CNS. A vontade do Barcellos em atravessar a RESEX do Rio Cajari com uma estrada, sem licenciamento ambiental, gerou vários conflitos com os extrativistas. Como a principal liderança do CNS aqui no Amapá, como vocês trabalharam esses conflitos?

*Pedro:*

— A passagem da estrada Macapá-Jari ia ser feita na marra, sem as audiências públicas. Quando a gente solicitou as audiências para a CEMA (Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente do Amapá), o coordenador, que era o Antonio Carlos Farias, ficou meio assim, não querendo fazer as audiências, mas a gente tinha uma certa força e isso fez com que ele atendesse o pedido da gente.

*Marco:*

— Antes de continuar as narrativas da entrevista, por se tratar de um fato histórico e relevante para as falas que seguem, faço uma intervenção para contextualizar a construção da BR-156 – trecho Macapá-Jari, que cortou a RESEX do Rio Cajari. Foi a primeira vez na Amazônia em que se fez um movimento articulado por organizações socioambientais não governamentais para discutir os impactos ambientais de uma estrada. A reprodução aqui é de minha dissertação de mestrado<sup>34</sup>, com complemento de algumas lembranças que me vêm à cabeça pela condição de

---

34 CHAGAS, Marco Antonio Augusto. *Gestão Ambiental no Amapá: evolução e contribuição do subprograma de política de recursos naturais do PPG7*. Dissertação (Mestrado em

técnico da CEMA na época e de ter participado da audiência pública, sendo responsável pela elaboração da ATA. Eis a descrição...

Nos registros da CEMA/AP, o processo de interdição da construção da BR-156, trecho Macapá-Laranjal do Jari, chama a atenção por marcar a primeira manifestação dos movimentos sociais diante de uma causa ambiental no Amapá. Esse fato se deu em 1991, quando o IBAMA/AP interditou a mencionada obra pela falta de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), após denúncia do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA).

A obra, que cortaria a então recém-criada Reserva Extrativista do Rio Cajari, teve o EIA/RIMA elaborado e a audiência pública realizada sete meses após a sua interdição (a audiência pública foi realizada no dia 24/7/1991, na cidade de Laranjal do Jari). A atuação dos movimentos sociais, liderados pelo IEA, foi fundamental para conquistar um espaço de negociação entre os extrativistas da reserva e o governo do Amapá, sinalizando a importância do terceiro setor na construção de uma gestão ambiental democrática e participativa.

O governo do Amapá atendeu às reivindicações dos movimentos sociais, instituindo uma comissão especial para elaboração de uma política extrativista para o Amapá e firmando um convênio com o CNS para a construção de uma usina de beneficiamento de castanha na RESEX do Rio Cajari. No registro do vice-presidente do CNS da época, Pedro Ramos, a discussão em torno da construção da BR-156 possibilitou a mobilização das entidades ambientalistas em nível local, nacional e internacional. “A sociedade tem que dizer por onde as coisas têm que ser feitas no Amapá”, comentou Pedro Ramos em entrevista ao *Jornal do Dia* de 15/8/91 (CHAGAS, 2003, p. 70).

---

Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2003.

## AUDIÊNCIA PÚBLICA EM LARANJAL DO JARI, NO SUL DO AMAPÁ

*Pedro:*

— Quando a gente solicitou a audiência pública, a gente pensou que seria realizada em Macapá, mas acabou sendo realizada em Laranjal do Jari. Como a gente tinha uma capacidade de mobilização grande, a gente solicitou ajuda da Mary Allegretti<sup>35</sup> para angariar recurso pra levar muitas pessoas pra essa audiência. Conseguimos alugar dois barcos grandes, que saíram de Macapá, pegaram o pessoal lá do Maracá e do Cajari. Convidamos o professor Orlando Valverde, o geógrafo Carlos Walter Porto, a Maldini... A gente recebeu contribuição do Fearnside do INPA, do Lúcio Flávio Pinto de Belém. Todos mandaram suas contribuições por escrito pra gente incorporar lá na audiência. A Mary Allegretti articulou muita gente bacana e a audiência **bombou**. Isso gerou certo incômodo ao governo da época.

## AGRESSÃO

*Pedro:*

— Quando foi no dia 22 (possivelmente 22/7/1991), tava aqui em casa em Macapá... Só tinha um ponto de luz que a gente puxava da minha tia pra cá. Quando foi umas 3 horas da madrugada, eu ouvi uma voz me chamando... — Pedro, Pedro. Como minha mãe tava doente, eu pensei que era meu irmão Eroflin. Aí abri a porta e saí. Quando saí, recebi então uma paulada. Meti o braço, mas pegou na cabeça e aí eu caí. Quando ele ia bater de novo, tinha um cachorro que dormia lá em casa e que partiu

35



Mary Helena Allegretti – Antropóloga, com uma história de luta ao lado de Chico Mendes e Pedro Ramos pelas Reservas Extrativistas. Fez mestrado e doutorado sobre os seringueiros do Acre e assessorou o elenco da minissérie *Amazônia: de Galvez a Chico Mendes*, exibida pela Rede Globo em 2007.

pra cima. O cara então correu, entrou num carro e foi embora. Eu não sei se é coisa da minha imaginação, mas tive a impressão de ouvir ele dizer: — Isso é só um aviso, *f.d.p.*



— Tinha uma jovem estudante da Dinamarca (Fabíola) que estava dormindo em casa. Ela ouviu eu gemendo e, quando viu aquele sangue, ela foi de pés até o CNS, que era ali perto do Alexandre Vaz Tavares, no Sindicato do Estivadores, onde tínhamos uma sala lá.

Chegou lá e começou a ligar. Quando foi umas 8 horas, o Brasil todo já sabia, o pessoal das redes internacionais já sabiam. Queriam passar um fax para o governo brasileiro apurar a situação. O pessoal pensou que eu tinha morrido. O negócio ficou feio, rachou um pouco minha cabeça. Aí eu fui bater na casa do companheiro do PT que era chefe da Polícia Técnica, o Jarbas Ataíde, que mandou fazer corpo de delito. Disso aí foi solicitado da Polícia Federal que fosse acompanhar a audiência. Saíram três policiais da federal para acompanhar o evento e não deixar tumultuar. Quando eu chego no Laranjal do Jari, quase eu apanho de novo junto com o Manoel da Conceição. Tinham criado um clima lá de

que o CNS tinha se vendido para os Góes, que dominavam o negócio da navegação, e de que a gente não era contra a estrada coisa nenhuma. Falei então pra eles irem à audiência pública pra ver a nossa postura lá.

#### NEGOCIAÇÃO PELOS IMPACTOS DA ESTRADA

*Filocreão:*

— Houve ações do governo Barcellos, de rádio, de comunicação, em divulgar que o CNS era contra o desenvolvimento. Então se criou um clima em que os próprios companheiros ficaram em dúvida.

*Pedro:*

— Ficaram em dúvida e alguns até revoltados.

*Filocreão:*

— A pressão internacional foi grande, que até o presidente Collor e o ministro da Justiça Jarbas Passarinho se manifestaram em relação aos conflitos da estrada.

*Pedro:*

— Foi uma pressão internacional muito forte e o Barcellos teve que negociar.

*Filocreão:*

— A audiência pública então foi uma derrota para o Barcellos?

*Pedro:*

— É, foi uma derrota. Quem negociou em nome do Barcellos foi o Serginho da ASTER (Sérgio Paulo de Sousa Jorge). Então, ele foi autorizado para negociar. A gente conseguiu negociar na audiência pública: o hospital do Laranjal do Jari, 100 burros pra transportar castanha, a construção de oito galpões, escola, posto médico, um carro, aquele ENGESA, que nos deu um trabalho danado. Eu acho que foi uma con-

quista razoável, agora foi pontual. Não foi uma conquista que trabalhasse toda a cadeia da produção da castanha.

*Filocreão:*

— Naquela época não se sabia muito bem o que se queria. Foi um momento de mostrar que a RESEX existia, pois o governo não reconhecia.

*Pedro:*

A grande intenção da gente era mostrar que era uma RESEX e, enquanto reserva, deveriam ser preservados tanto a Reserva quanto o Assentamento, e que as pessoas que estavam morando lá não fossem expulsas de suas terras, como queriam as forças políticas da época.

*Filocreão:*

— Então, a partir da audiência pública, o CNS se fortaleceu ainda mais nas comunidades do Sul do Amapá.

*Pedro:*

— Até então o pessoal não sabia direito o papel do CNS. Infelizmente, o conselho se fortaleceu e o sindicato se enfraqueceu. O sindicato, pra mim, é o instrumento que mais mobiliza o trabalhador.

*Filocreão:*

— O governo passou a respeitar o CNS e a CEMA e, através do Farias, passou a convidar para as reuniões.

*Pedro:*

— A gente também não sabia direito o papel do CNS. Hoje é mais claro. O CNS é responsável pela construção de políticas públicas para os extrativistas. O erro que a gente cometeu, e ainda comete, é que a gente preparou os companheiros para o embate político, mas não preparou para a gestão.

## PARTE X

### RESEX DO RIO CAJARI

#### CONFLITOS PELA TERRA

*Filocreão:*

— E os conflitos no Sul do Amapá?

*Pedro:*

— O grupo brasileiro que comprou a Jari do Daniel Ludwig, de 1982 até 1986, era mais brando, mas depois começou a querer tirar as pessoas de lá e isso gerou um embate muito forte com a Jari Florestal. Ela tinha um projeto para desmatar 15.000 hectares no Amapá, tinha feito o EIA (Estudo de Impacto Ambiental), e tava em via do IBAMA aprovar. A gente fez uma manifestação contra. Fizemos um documento para o IBAMA. Isso obrigou a Jari a abrir mão do projeto de 15.000 hectares e fazer outro de 8.000 hectares. Mesmo assim a gente foi pra cima e não aprovaram o projeto. Isso fez com que o nome da gente começasse a andar muito e eu passei a ser visto como inimigo de certas pessoas e do desenvolvimento.

*Filocreão:*

— Naquele momento, qualquer coisa que acontecia na Amazônia repercutia internacionalmente. O CNS começava a se articular em rede e a pressão era grande sobre o IBAMA.

*Pedro:*

— A WWF já era aliada da gente, o Greenpeace também, a Amigos da Terra também. A nossa estratégia era buscar aliados internacionais. Se não fosse essa aliança, a morte do Chico não tinha tido repercussão. Teria sido mais uma morte na Amazônia. Houve uma certa mudança, não do jeito que a gente gostaria que tivesse acontecido, mas uma mudança do modo do pessoal ver a Amazônia, do modo do pessoal explorar a Amazônia.

*Filocreão:*

— Como se deram as ações entre os aliados do CNS no Sul do Amapá?

*Pedro:*

— O CNS sentou com o IEA (Instituto de Estudos Amazônicos) e discutiu a estratégia de luta pela terra para criar a RESEX do Cajari e o Assentamento do Maracá. A gente esperava tirar duas grandes fazendas que tinha no Assentamento do Maracá, que era a do Antero e a do Zé Valente, coisa que a gente não conseguiu fazer e até aumentou mais uma, a do Jesus Góes. A questão era mais de organização. As pessoas com quem a gente conversava e discutia a estratégia de luta eram escolhidas a dedo e quem escolhia era eu. Se a Jari soubesse da intenção da gente, todo o esforço seria abortado, porque ela tinha poder político, tinha poder econômico e aliados importantes. Tinha muito dedo-duro lá dentro. Aquelas pessoas que reconheciam a Jari como proprietária da terra eram obrigadas a assinar um termo, um documento que garantia que ficassem, fizessem seu roçado, mas que reconheciam que a terra era da Jari. A Jari era muito exigente com essas pessoas e dizia que tinham que denunciar outras pessoas que tentassem invadir a terra. E eles denunciavam e isso dava prisão, dava espancamento. O espancamento não era pela polícia, que só tinha do lado do Pará. Era pela vigilância paramilitar da Jari. Eles pegavam, prendiam e espancavam.

“A GENTE ROUBA DE NÓS MESMOS, MANO!”

*Pedro:*

— Tinha coisa muito triste, mas eu achava até gozado. As pessoas diziam pra mim: — Seu Pedro, a gente rouba de nós mesmo a nossa produção (risos). Eles iam pra dentro do castanhal de noite com lanterna, juntavam castanha, deixavam lá escondido, quando era na outra noite, eles traziam pra beira do rio, tiravam do ouriço, botavam dentro do casco, na montaria, saiam de remo pra encontrar com o regatão, que tava escondido no outro igarapé, porque os regatões que vendiam mercadorias não podiam entrar nas terras da Jari. E, lá nesse igarapé, o pessoal tinha que pular dentro d’água pra vender a castanha dentro d’água mesmo, pra não fazer barulho na lata. Faziam isso pra poder levar o café e o açúcar pra casa. E quando eram pegos... Quando os vigilantes surpreendiam alguém fazendo isso, eles prendiam e levavam para o Jari. E tinha pessoas que eram prepostas da Jari e só tavam ali pra denunciar. Era mais ou menos assim a relação deles com a Jari. A relação era muito ruim. Foi uma luta muito dura e por muito tempo.

#### PEDRO E FILOCREÃO NO SUL DO AMAPÁ

*Filocreão:*

— Quando começou teu contato com o Sul do Amapá?

*Pedro:*

— Começou em 1984 quando recebi a visita de dois senhores lá do Cajari: o João Barbosa e um irmão do Matias chamado Damásio. Eles tiveram lá no sindicato e falaram das dificuldades que eles tinham lá. Eles tavam querendo se organizar. A minha primeira viagem para o Sul do Amapá foi em 1986. O pessoal tava numa disputa de terra com a Jari. Naquela época o que se tinha em mente era resistir na terra, ficar na terra. O pessoal tinha muita dificuldade para regularização fundiária, porque as benfeitorias do extrativista, diferente das do trabalhador rural, não eram reconhecidas pelo INCRA. Por exemplo, a estrada de seringa, a

limpeza dos castanhais, os varadouros, as trilhas de escoar a produção... O INCRA não reconhecia isso como benfeitoria. A pessoa tinha que fazer a derrubada, fazer a roça, fazer uma casinha ali. Depois de um ano é que o INCRA ia fazer a regularização fundiária da terra dele. Isso era o processo pra ser reconhecido como posseiro. Mas, a questão da terra era muito complicada lá no Cajari, porque as pessoas moravam num local, faziam a rocinha num outro local, iam tirar a castanha num outro local, iam apanhar o açai e a bacaba em outra parte que não era ali onde eles moravam. Então essa questão fundiária tinha que ser repensada, porque não dava pra se enquadrar na questão do loteamento do INCRA. Isso nos levou a conversar com eles, entender melhor, discutir com eles o que entendiam como colocação, que era o nome que eles davam pra esses locais onde eles trabalhavam. Eles diziam: — Minha colocação!



*Filocreão:*

— O primeiro contato que tive com o Sul do Amapá foi em 1981 quando eu fazia universidade no Rio de Janeiro e me jogaram lá pra fazer um trabalho para o Projeto Rondon e para a ASTER. Um mês no Cajari. Não tinha estrada, mas tinha os caminhões que transportavam castanha. Nas conversas com as populações tinha duas visões. Uma era a do Dr. Moura e a outra, a do João Batista do Amaral. O Moura, que

dizia que as terras eram da Jari; e o Batista, que dizia que as terras eram das pessoas que trabalhavam na terra. Havia na população uma dúvida sobre quem estava com a razão. Havia um movimento de segurança privada que aterrorizava o Cajari. Nesse período de 1985, 1986, quais eram os principais conflitos que aconteceram no Sul do Amapá com a empresa Jari?

*Pedro:*

— Eu não tinha relacionamento com ninguém da empresa Jari. Como dizia minha mãe: — Tinha umas **relações estúrdias**. Quando entrei no Cajari e comecei a discutir com as pessoas que tipo de reforma agrária eles queriam, a coisa era **muito braba** lá. Primeiro que a Jari já tinha estruturado as fazendas, eram 13 fazendas. Já tinha criado o SASI (Serviços Agrários e Silviculturais) e mantinha um grupo de vigilantes paramilitares armados.

*Filocreão:*

— Como era a organização dos trabalhadores do Sul do Amapá na época?

*Pedro:*

— Até 1985, os trabalhadores do Sul do Amapá tinham uma relação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Almeirim. O João Barbosa e o Damásio já conheciam o Manoel da Conceição e o Brás. Aí o Manoel da Conceição veio aqui no sindicato e a gente constituiu de imediato uma delegacia do sindicato no Laranjal do Jari. A delegacia começou a sindicalizar o pessoal lá e eles automaticamente foram deixando a relação com o sindicato de Almeirim.

SEBASTIÃO ARAÚJO CASTELO, O BRÁS

*Pedro:*

— Eu havia recebido um documento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Almeirim acusando o Brás<sup>36</sup>, porque ele tava disputando uma eleição lá e, como a chapa do Brás tinha perdido, puxaram um revólver lá e foi uma confusão pra acertar dos diabos. Recebi esse documento da CPT. O Brás, pra mim, pode ser a pessoa que for, mas ele contribuiu muito para a questão da RESEX, para a solução dos problemas fundiários em favor dos trabalhadores. Ele foi um dos articuladores do 1º Encontro Agroextrativista de Santo Antônio, do Festival da Castanha... Ele pode ter os defeitos dele, mas contribuiu muito com os trabalhadores, com os extrativistas do Sul do Amapá.

*Marco:*

— Em 1997 eu coordenei, pelo governo do Amapá, o projeto de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, no Sul do Amapá. Brás e seu irmão Mariolano lideravam a comunidade do Iratapuru e foram determinantes para a criação da Reserva e para a posterior inserção da região no mapa nacional e internacional das experiências voltadas para a sustentabilidade da floresta. Em 2014 eu vi o Brás andando por Macapá e escrevi o texto que segue:

Brás tinha um sonho... “Tornar-se prefeito do município do Iratapuru!”. O Iratapuru foi a região do Amapá mais visitada entre 1996 e 1998. Acompanhei mais de uma dezena de consultores para visitar a fábrica de sonhos do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA). Na boca do Rio Iratapuru, onde a comunidade iratapuruense está localizada, a família

36



Sebastião Araújo Castelo, o Brás – Nordestino de olhos claros e um dedo “cotó”, que nem Lula, Brás liderou a Cooperativa de Castanheiros do Iratapuru nos anos 90, época em que o Amapá se destacava no cenário nacional com uma proposta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Castelo, liderada por Brás e seu irmão Mariolano, ensinava o PDSA melhor que qualquer secretário de estado da época.

Recordo-me de um português do Banco Mundial de nome “Nuno”, que, ao chegar ao Porto Sabão para pegar a voadeira rumo ao Iratapuru, “pediu pinico”. Os piuns se deliciavam com aquele sangue ibérico e, em pleno sofrimento luso, ironicamente, Brás sugeriu ao “portuga” que olhasse com carinho os projetos dos povos da floresta.

Em 1997, sob a coordenação das doutoras Mércia e Maria Benigna, o TERRAP havia finalizado no Sul do Amapá a maior discriminatória de terras do estado. Mais de um milhão de hectares estavam devidamente registrados em nome do governo do Amapá. A proposta de criar uma reserva na Serra do Iratapuru logo pautou a agenda política do PDSA.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru nasceu de uma régua de 50 centímetros em cima de um mapa do IBGE em escala 1:100.000, do conhecimento de campo do “Capeta” e dos sonhos do Brás. A parte política era com ele.

No projeto original, a área da reserva era de 860.000 hectares, mas subtraíram 54.000 hectares para não prejudicar o projeto da hidrelétrica de Santo Antônio. Era onde estava a comunidade. Recusei-me ao recorte e a guilhotina perversa da caneta palaciana logo me abateu. Resolvi, então, estudar! Nesse ponto, sou muito grato ao PDSA.

Há registros que imputam à família Castelo o incêndio na fábrica de biscoitos da comunidade do Iratapuru. Para quem conhecia a fidelidade do Brás ao PDSA, sabe do que um amor traído é capaz. Acho que o Brás foi traído. A loucura invadiu seu coração, e jogue a primeira pedra...

Outro dia vi o Brás numa esquina de Macapá. Tive vontade de abordá-lo, mas achei melhor evitar e guardar comigo aquela imagem do quase prefeito do município dos sonhos do PDSA, o Iratapuru (CHAGAS, 2014)<sup>37</sup>.

---

37 CHAGAS, Marco Antonio. *Brás: o quase prefeito do Iratapuru*. Artigo publicado em 14 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<https://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/bras-o-quase-prefeito-do-iratapuru>>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

PROPOSTA DA RESEX

*Filocreão:*

— Como foi construída a proposta da RESEX?

*Pedro:*

— A gente discutia a modalidade de reforma agrária. A gente queria que a questão ambiental fosse uma espécie de caroneira da reforma agrária, em que seriam respeitados os costumes e as tradições dos extrativistas. E isso é refletido na Portaria de 30/7/1987 (Portaria 627 do INCRA, de 30/7/1987). Quando a gente começa essa discussão, aí já se junta Acre e Amapá, Rondônia já estava, mas quem tava mais presente mesmo era o Acre e o Amapá. Nós passamos quase seis meses discutindo com o pessoal do MIRAD (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário) e do INCRA. Nessa época, estava assumindo o Marcos Freire no MIRAD e o José Eduardo Raduan no INCRA. Aí a gente começa a construir a proposta, cai no campo, faz o levantamento, vai atrás das coordenadas geográficas para delimitar o perímetro e tal. Conseguimos uma coisa interessante... Que não era loteamento. Só ia ser demarcado o perímetro. As colocações seriam limites naturais e também não seriam propriedade da pessoa. Seria um contrato de concessão real de uso e seria fornecido coletivamente. Não haveria posse da terra individualizada. Esse conceito trabalha duas coisas: o coletivo e o familiar. A colocação é de gestão familiar e o conjunto da reserva é de administração coletiva.

— Depois que eles decidiram que queriam um sistema tipo colocação, a gente começou a aprofundar, isso já com o pessoal do Acre, e a gente deu um conceito pra esse sistema de colocação. A proposta que saiu do Amapá era a criação de 3 assentamentos extrativista no Maracá, 3 assentamentos no Cajari e 3 no Jari.

*Filocreão:*

— O que levou a mudar a opção de sair da esfera do INCRA para o IBAMA?

Pedro:

— Isso aí foi falta de opção mesmo. Eu falei que seriam 9 assentamentos aqui no Amapá: 3 no Maracá, 3 no Cajari e 3 no Jari. Nós estávamos no final do mês de dezembro de 1988, na Boca do Braço, terminando de fazer o levantamento do Cajari. A gente tava hospedado no barco do Zé Valente... A gente escutou pela *Voz do Brasil* que o Marcos Freire e o Eduardo Raduan tinham morrido num acidente de avião no Carajás. Depois desse acidente, assume o MIRAD o Leopoldo Bessone e o presidente do INCRA eu não consigo lembrar. Era um nome meio esquisito. Quando a gente chegou na Boca do Braço e escutou na *Voz do Brasil*, entre 8:00 e 8:30 da noite, o Bessone tinha retirado os assentamentos extrativistas do Plano Nacional da Reforma Agrária e tinha dissolvido o grupo de trabalho responsável por isso. Foi aquela monotonia, sabe, depois que ouvi isso, acabou o sonho!

— Quando nós chegamos em Macapá, eu telefonei pro Chico. Falei da situação e ele disse que tava preocupado. Perguntou se eu tinha alguma sugestão do que fazer. Eu disse que a sugestão era a gente se encontrar no Acre. Ele disse que dava um jeito nas passagens e nós fomos pra lá. Fomos pra lá e lá a gente pegou o conceito de assentamento extrativista e trabalhou a questão da RESEX com o mesmo conceito. Mas, uma coisa que a gente descobriu era que a gente não podia falar, naquele momento, de reforma agrária. A gente tinha que fazer a reforma agrária sem falar em reforma agrária. A gente pegou o conceito e transferiu para Reserva Extrativista e foi pra cima do IBAMA, que nesse tempo não era IBAMA, ainda era IBDF, mas já tava em transição. Essa reunião no Acre foi uma das melhores que eu participei. Foi quando os companheiros do Acre descobriram que a questão dos empates, que eles tinham como uma grande estratégia, não passava de uma tática provisória, porque os companheiros iam pro empate e não deixavam, naquele momento, os fazendeiros fazer a derrubada, mas os fazendeiros entravam com uma ação na justiça, conseguiam uma limiar e eles tinham que sair da área pela força da política e ainda tinham que responder processo. Foi aí que eu fui ter a noção de que a nossa luta era uma luta política, era uma luta agrária, era uma luta econômica e era uma luta ecológica.

— Lá no Acre a gente tirou quatro bandeiras: 1<sup>a</sup>) Reforçar as denúncias de que os bancos e as grandes agências financeiras mundiais financiavam a destruição da Amazônia, baseado no empréstimo do BID para abrir uma estrada em Rondônia (BR-364); 2<sup>a</sup>) Estreitar as relações com os ecologistas, principalmente em nível internacional, e atrair simpatizantes do movimento; 3<sup>a</sup>) Divulgar o que estava acontecendo no Brasil; e 4<sup>a</sup>) Ir pra dentro do Parlamento pra criar a figura jurídica da Reserva Extrativista. A gente foi e fez isso. Uma luta danada. Em dezembro de 1988, os assentamentos saem do Plano Nacional de Reforma Agrária. Nós passamos o ano de 1989 fazendo todo esse trabalho, quando foi em dezembro de 1989, saiu a lei que criava a figura jurídica da Reserva Extrativista e, em janeiro de 1990, foi criada a primeira RESEX, a do Juruá, que teve a ajuda do Mauro Almeida e da Procuradoria-Geral da República. Em 12 março de 1990, foi criada a RESEX do Rio Cajari, na saída do Sarney, no apagar das luzes.

ESTRATÉGIA: “PROMETE UM PRÊMIO PARA O PRESIDENTE DO IBAMA”

*Pedro:*

— Aí aconteceram coisas interessantes. A gente havia procurado o Fernando Mesquita, presidente do IBAMA na época. Diferentemente do INCRA, ele disse: — Olha, o IBAMA enquanto instituição não vai apoiar vocês, mas os técnicos que quiseram apoiar vocês eu libero eles. Eu não vou envolver a instituição porque isso é uma coisa nova, uma coisa diferente, envolve muita terra. A Mary Allegretti teve uma participação muito grande. Toda a equipe do IEA, tinha antropólogo, economista, advogado, arquiteto, todos esses caras ajudaram. A Mary Allegretti mobilizou todo esse pessoal. Aí a gente começou a discutir, e o Mesquita animação. Quando foi no final de fevereiro de 1990, ele começou a dar uma recuada. Aí a Mary perguntou pra mim: — Tu não tá sentido que o Mesquita tá recuando? Eu disse: — Tô, eu acho que ele não vai fazer muita coisa. Ela falou, então, pra mim: — A gente tem que mexer com o ego desse cara. Mas, como? Aí eu fiquei pensando...

— Promete um prêmio internacional pra ele (risos). Aí o cara se animou. Ele era uma pessoa de confiança do Sarney. Depois do dia 12 de março de 1990, dia da criação da RESEX<sup>38</sup>, quando foi dia 29 de março, eu tô indo pros Estados Unidos, tava no Rio, quando encontro o Mesquita e ele me cobra o prêmio. Foi quando eu fui me lembrar do diabo do prêmio. Aí eu telefono pra Mary e ela diz: — Rapaz, como é que a gente faz? Aí eu me lembrei do John Butler da WWF. Telefonei pra ele... Olha, pra convencer esse John Butler pra ele falar com o presidente da WWF... De forma que saiu o prêmio do Fernando Mesquita.

#### APOIO E GESTÃO DA RESEX

*Filocreão:*

— Em nível do movimento extrativista, como ficou a gestão da Reserva do Cajari e do Assentamento Maracá? Houve priorização da Reserva?

*Pedro:*

— Nós priorizamos a RESEX, nós enquanto CNS. Com o acordo feito com o IEA aqui no Amapá, de que o IEA trabalharia no Maracá, e como a Reserva era muito mais complexa e nós ainda não dominávamos tudo direitinho, então a gente ficaria mais ativo lá dentro da Reserva. E isso foi feito. O problema é que nós somos acostumados, como movimento social, a tratar as pessoas de forma objetiva e esquecemos as questões subjetivas. E isso tem trazido problemas sérios para o movimento. Então, houve, sim, uma certa priorização da Reserva, mesmo porque depois os assentamentos extrativistas voltaram para o Plano Nacional de Reforma Agrária. Agora, tem umas coisas que eu não entendo direito. Converso muito isso com o Joaquim Belo e ele tem posição diferente da minha. Eu digo: — O CNS e o CNPT têm que ter mais pulso dentro da Reserva. Ele diz que tem as organizações lá e tem que respeitar as autonomias dessas

---

38 Em 12 de março de 1990 foram criadas a RESEX Chico Mendes (Decreto 99.144), no Acre, e a do Rio Cajari (Decreto 99.145), no Amapá.

organizações. Eu defendo também que a gente respeite a autonomia das organizações. Agora, qual é o limite da autonomia das organizações? Se toda organização tem um estatuto a cumprir, então a autonomia dela é estabelecida pelo estatuto. Então, vamos fazer com que ela cumpra o estatuto. Pra a gente ir pra cima de uma associação cria melindres. É muito complicado. Enquanto não entra dinheiro na história, até que vai mais ou menos. Mas, depois que entra dinheiro, a coisa se acirra. Ninguém é preparado para gerir recurso, dinheiro.

*Filocreão:*

— Como ficou o apoio ao CNS? Quem ficou apoiando a Reserva?

*Pedro:*

— O IEA, a WWF, a OXFAM e a Fundação Konrad Adenauer. Foi engraçado esse apoio da WWF. Ela era contra a extração do palmito. Eles não se convenceram, mas apoiaram o projeto da fábrica de palmito. Tinha depoimentos que eu achava muito contundente, como o questionamento da WWF sobre como a gente iria administrar uma fábrica de palmito. — Vocês não têm condições de administrar uma fábrica, vocês são extrativistas, dizia a WWF. O pessoal respondia: — A gente sabe que a gente não dá pra isso, mas um diabo de um filho nosso, que tá estudando, deve dá pra esse negócio aí (risos).

*Filocreão:*

— E os apoios para a Reserva?

*Pedro:*

— O primeiro apoio que veio de fora foi da OXFAM da Inglaterra pra apoiar o CNS. Era um projeto de um ano. Quando terminou, o segundo apoio foi da WWF. Foi um apoio meio esquisito. A Mary arranhou por lá. Eu estava nos Estados Unidos quando o John Butler viu uma palestra minha lá e o cara endoidou. Conversou comigo, perguntou se ele poderia vir aqui, disse que trabalhava numa instituição que financiava esse tipo de coisa. Aí ele veio... Foi quando me falaram que eles trabalhavam com recurso da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

Internacional), que financiava aquele programa Aliança para o Progresso. Aí eu fiquei meio assim... — Vixe, esse dinheiro é do demônio! Hoje eu não tenho mais essas coisas, mas naquele tempo eu tinha esses chiques. Mas ele insistiu, insistiu, até que a gente acabou aceitando via IEA. O IEA também tinha recursos próprios, mas eles eram muito desleixados com essas questões trabalhistas e isso pegou para o IEA. Quando o IEA tava fechando as portas, já trabalhando com recursos da Fundação Konrad Adenauer, eles passaram as atividades que tinham para a REBRAF (Rede Brasileira de Sistemas Agroflorestais), do Jean Dubois. E nós da Reserva Extrativista? A nossa luta foi para inserir a Reserva como beneficiária do Programa Piloto. Mas acho que não foi legal, não foi muito feliz isso. Veio dinheiro, veio recurso, mas foi mal administrado. Houve alguns impedimentos. Como a Reserva passou a ser beneficiária do Programa Piloto, o próprio Ministério do Meio Ambiente não permitia que se fizesse determinado aporte de recurso. O arranjo do Programa Piloto era complicado. O Banco Mundial tinha que carimbar tudo. O recurso atrasava, atrasava, atrasava e acabava prejudicando determinadas ações na Reserva. Não foi muito feliz, não. O recurso que chegou pra dentro da Reserva foi esse e pra dentro do Assentamento foi o recurso que o IEA aportou. Por conta desses atrasos todos, até hoje as associações da Reserva continuam recebendo dinheiro, mas é um negócio terrível. O pessoal aplica mal o dinheiro lá, tem confusão e eu digo até que tem falta de princípios.

— Os companheiros ainda não se identificaram com o papel, com a burocracia. É uma dificuldade muito grande para se estabelecer os controles dos fluxos operacionais, a não ser que você teja junto com eles, no dia a dia. É no caderninho, anota tal coisa. Só serve pra anotar naquele momento pra ele não esquecer. Aquilo não serve de orientação pra nada. Geralmente, o controle te orienta, aqui tá dando certo, ali não tá, você vai sempre cruzando, analisando e fazendo os acertos. E é difícil de você implementar. Até os documentos, que é a razão da existência de uma organização, como ATAs, livro de presença, certidões negativas, imposto de renda, essas coisas todas, que é um rol de papéis, até isso não fazem. Eu chamo isso de descaso, não porque eles queiram, mas porque não foram preparados para a burocracia.

*Filocreão:*

— Como o CNS atuava na organização dos extrativistas?

*Pedro:*

— O CNS apoiou a criação das associações no Sul do Amapá, tanto do Maracá quanto do Cajari, para que eles pudessem administrar seus próprios negócios. Na minha cabeça, nada mais óbvio do que isso. Mas a gente nunca preparou eles para a gestão da burocracia. A gente nunca deixou claro o papel de uma associação, de uma cooperativa, do CNS, do sindicato. Fizemos uma única vez, eu e o Joaquim Belo, no Maracá, que tratou disso, mas num encontro de 3 dias. Vocês são educadores e sabem que essas coisas de formação têm que ser continuadas.

*Filocreão:*

— Foram criadas duas associações?

*Pedro:*

— Sim. A ASTEX-CA (Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Cajari) e a ASTEX-MA (Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Maracá).

*Filocreão:*

— Como o CNS ajudava no funcionamento dessas associações?

*Pedro:*

— Em termos de organização, a gente conseguia juntar as duas associações, as pessoas, tanto do Maracá quanto do Cajari. No caso da audiência pública da estrada, o pessoal do Maracá e do Cajari foi pra audiência. Quando tinha um problema muito grave, a gente resolvia junto. Foi um negócio muito interessante isso aí. Agora, o problema que a gente continua tendo é a gestão. Não é como a gente espera que esteja acontecendo. Tanto a Reserva Extrativista do Cajari quanto o Assentamento do Maracá criaram elites de dirigentes que tiram proveito econômico próprio.

*Filocreão:*

— E as organizações dos Núcleos de Base?

*Pedro:*

— Os Núcleos de Base foram pensados para serem alimentadores de informações e de reivindicações das próprias associações... Trariam isso das comunidades. Mas não funcionaram. Na Reserva Extrativista, algumas lideranças atuaram para que os Núcleos de Base não funcionassem.

*Filocreão:*

— E as cooperativas dentro da Reserva?

*Pedro:*

— As cooperativas chegaram a ensaiar o sentido da solidariedade. Mas as pessoas são carentes de formação. Administrar uma cooperativa é uma das coisas mais difíceis que tem. É diferente da iniciativa privada, que tem o capital, tem o empregado, decide e faz. Na cooperativa o cara é o dono, é o empregado, é meio complicado. Essa questão da economia solidária precisa ser melhor compreendida.

*Filocreão:*

— A própria lógica do produtor familiar é difícil enquadrar nesses processos coletivos. Tanto que tinha a discussão sobre como seriam as indústrias dentro da Reserva, se seriam grandes, centralizadas ou pequenas indústrias em unidades familiares de produção da castanha.

*Pedro:*

— Como o Acre tinha saído na frente, tinha aquelas unidades de produção familiar de processamento da castanha, mas esbarrou na questão de higiene, que é uma questão de mercado muito exigente. Infelizmente, as pessoas do interior não veem higiene como o pessoal da cidade vê, a importância para a saúde.

*Filocreão:*

— Foram criadas novas associações de acordo com o espaço, do médio e baixo Cajari. O CNS tem participado dessas discussões?

*Pedro:*

— A gente tem participado oficiosamente. Tem um atrito com a atual diretoria da ASTEX-MA. Ela é muito comprometida com alguns políticos e com o pessoal da madeira. Tem muito dinheiro rolando nisso aí e a gente não mete a cara assim.

*Filocreão:*

— E aquele projeto de manejo florestal comunitário?

*Pedro:*

— Foi um dos projetos mais bonitos que já vi. Acho até que daria certo com alguns ajustes. Não avançou esse modelo de manejo florestal e hoje estão induzindo o pessoal a tirar madeira, e os empresários vão lá e compram a tora. A gente tem um pensamento muito diferente no CNS. A gente defende um certo processamento, transformar em pranchas para agregar um pouco mais de valor. Mas eles não querem isso, querem vender a tora. Dá 30 reais num pé de árvore pra vender o metro cúbico por mais de R\$1.000. Isso não tem cabimento.

*Filocreão:*

— Naquela época tinha o apoio das ONGs que ajudavam na manutenção das associações para que os extrativistas não abandonassem suas atividades. E hoje? Existe alguma ajuda do Estado?

*Pedro:*

— Em alguns casos tem ajudado, em outros não. Houve condições que não foram aproveitadas. Por exemplo, com muita luta, a Reserva Extrativista passou a ser beneficiada pelos créditos da reforma agrária. As associações precisam se manter. Faltou discussão para mostrar que as associações têm despesas e que essas despesas deveriam ser bancadas pela contribuição do produtor. Se isso virasse uma política, daria pra

associação se manter. Hoje tem muito descontentamento com o crédito. Tem muita coisa errada aí.

*Filocreão:*

— O crédito, então, começou a favorecer pessoas que não eram da Reserva nem do Assentamento.

*Pedro:*

— Eu acho que isso virou uma trindade. O INCRA, o empresário e o presidente da associação. Porque se um deles não quisesse...

*Filocreão:*

— Antes as associações discutiam tudo com o CNS. Depois resolveram se isolar, tomar decisões sozinhas. O projeto RESEX do PPG7 ajudou nesse processo?

*Pedro:*

— O **Projeto RESEX do PPG7** contribuiu muito com as associações. Agora, teve má gestão. Compraram barco podre, que, com oito meses, foi obrigado a fazer reparo e que nunca mais saiu desse reparo. Veio dinheiro do RESEX para o conserto. O governo do estado do Amapá ajudou e o barco não prestou. Teve gente aí de associação que ganhou três bois nessa venda desse barco. Fora isso, houve grana que entrou, equipamentos que foram comprados, mas ninguém sabe onde estão.

*Filocreão:*

— Nunca houve auditoria nesses materiais?

*Pedro:*

— O CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais) foi criado para nos ajudar, não para atrapalhar. Houve envolvimento do CNPT em encobrir erros. Nesse negócio de preparar notas e fazer relatórios, eles encobriam os erros, mas nunca se preocuparam em fazer reuniões para esclarecer esse erros e corrigir. A própria fábrica de castanha de Santa Clara... Se você pega a planta, ela é

outra. Se construiu uma coisa e na planta era outra. Era para processar **castanha amêndoa** e não *dry*. Não sei se o recurso não veio todo. Isso na Reserva Extrativista. No Maracá, depois que saiu o IEA e depois o REBRAFA, as pessoas começaram a ter acesso a crédito e não houve orientação. As pessoas compravam é caixa de cachaça para beber na ponte.

#### ATUAÇÃO DO IBAMA

*Filocreão:*

— Como você avalia a atuação do IBAMA na Reserva?

*Pedro:*

— Primeiro que o IBAMA tem dificuldade de lidar com pessoas que não sejam do quadro da instituição. O IBAMA foi criado para atuar, para fiscalizar. De repente se depara com situação em que eles têm que se relacionar com pessoas, em que têm que fazer determinados estudos que saiam da rotina institucional que eles tão acostumados a fazer, aí as coisas começam a complicar. Acho que também passou pela gestão do CNPT. Quando você pega o tempo do Rafael Rueda, ele tinha uma visão... Acho que você se lembra daquela história da criação de porcos, da criação de peixes, essas coisas toda que foram jogadas ali. Eu sempre dizia pra ele: — Isso não vai dar certo, extrativista não é agricultor, ele tem descaso pra essas coisas. Ele achava que era somente uma questão de técnica. Não deu certo! Agora, eu acho mesmo é que o ponto que foi o pecado do IBAMA, não somente do IBAMA, mas de todos nós... Foi que ninguém procurou identificar quais eram os potenciais econômicos da Reserva fora a castanha e a seringa, aqueles que eram mais conhecidos economicamente. Quais são os madeireiros? Quais são os não madeireiros? Quais são os potenciais compradores? Isso não foi feito. Vou dar um exemplo. Quando eu fui secretário de Meio Ambiente no Laranjal do Jari, uma senhora me procurou com 400 litros de óleo de andiroba pra eu ajudar ela a vender. Não consegui vender. Aquele óleo não serve para o mercado, para a indústria. Aquele óleo é produzido por aquela mulher segundo os procedimentos tradicionais

pra vender pra mim, pra você, mas pra indústria não serve. Ela ferve a semente, coloca em quarentena e tira a massa. Esse procedimento usa água e altera o índice de acidez, de saponização e a indústria não quer assim. Se não tiver o mínimo de tecnologia pra que a gente possa fazer isso com manufatura... E não é uma manufatura cara. Tô falando da andiroba, mas temos o pracaxi, a copaíba, a própria castanha... Nós temos um dos mais poderosos adstringentes que pode existir, que é o cipó da verônica. A indústria de beleza começa a se interessar por isso, por aquilo e tudo existe na floresta, mas tá escondido lá e precisa da tecnologia. A gente precisa muito dessa ajuda, porque, por nós mesmos, a gente não vai muito longe.

*Filocreão:*

— Quem você acha que deve fazer esse papel?

*Pedro:*

— O Estado. O que mais atrapalha é esse desacerto entre o governo federal, responsável pela Reserva, e o governo do estado. O governo do estado não faz nada na Reserva porque ela é federal. Tem essas coisas.

*Filocreão:*

— Na tua avaliação, o projeto inicial da RESEX está inviabilizado?

*Pedro:*

— Olha, hoje, hoje não está inviabilizado, mas em processo de inviabilização. Tem dois fatores que, se não forem bem avaliados, principalmente pelo ICMBio... Não tem terras mais atrativas, tanto para pecuária quanto para agricultura, como aquela da região de Água Branca. Os moradores estão criando muito búfalo dentro da Reserva. Os invasores estão vindo por dentro da mata e já estão alçando o Marinho. Não tão muito longe da Reserva. Se isso continuar indo do jeito que está, vai inviabilizar o conceito da Reserva Extrativista e aí, pra entregar para os grandes fazendeiros, vai ser um passo.

*Filocreão:*

— Ou seja, os gestores da Reserva não estão conseguindo segurar esse processo.

*Pedro:*

— A gente não tá sabendo definir a estratégia mais adequada pra encarar esse problema. A gente precisa sentar, **bater a pestana** e ver o que a gente faz.

*Filocreão:*

— Na tua opinião, Brasília consegue compreender dessa forma?

*Pedro:*

— Não consegue. Burocrata é burocrata. Ainda que eles estejam recebendo informações, não conseguem compreender os problemas. Pra você ter uma ideia como é a gestão da RESEX, o ministro Minc anunciou a compra de um veículo pra cada Unidade de Conservação. O diretor das Unidades em Brasília pegou o carro da RESEX do Cajari e mandou pra outro lugar. Nem o chefe e nenhum técnico do ICMBio têm como se deslocar pra Reserva sem pedir favor pro IBAMA. Isso é muito triste!

## NOVAS LIDERANÇAS

*Filocreão:*

— Havia um sonho muito grande e esse sonho criou uma forte mobilização política em torno da Reserva. Em 1992, 1993... E isso agora mudou. Você não percebe um certo desânimo na luta dos extrativistas?

*Pedro:*

— Existe um desânimo, principalmente em termos de liderança. Nós não temos liderança. Tem pessoas que batem no peito... A gente tem os diretores das entidades, mas lideranças não. Os caras não tão nem aí, não tão preocupados em identificar e resolver esses problemas. Os caras não tão nem aí. Primeiro, formar liderança é complicado de fazer.

Segundo, quando a gente se reunia, a gente sentava, combinava uma coisa de manhã... A gente tem que limpar as trilhas... Quando eu morei na Reserva, ia de casa em casa... — Bora lá, bora lá, bora lá. A gente ia, mas porque tinha alguém que tava puxando. Não tem mais isso.

*Filocreão:*

— Tu achas, então, que existe uma apatia por falta de liderança?

*Pedro:*

— Tá sem liderança.

*Filocreão:*

— E os debates? Antes as discussões dos problemas eram intensas na Reserva.

*Pedro:*

— Também morreram. Porque, pra mim, tem três coisas que dão vida e força ao movimento: 1º) As pessoas estarem constantemente mobilizadas; 2º) As pessoas terem poder de pressão; e 3º) As pessoas terem poder de negociação. Se não tiver essas três coisas, o movimento não vai.

*Filocreão:*

— Antes era mais fácil identificar os inimigos da Reserva. Hoje parece que os inimigos desapareceram ou mudaram de estratégia. Isso não tem influência nessa acomodação do movimento?

*Pedro:*

— Eu acho que as características do inimigo mudaram. Naquela época a expropriação era tão grande que as pessoas sentiam na pele. Tu já pensou trocar uma **barrica** de castanha por uma lata de óleo, por um quilo de açúcar? Você se sentia roubado. Hoje, não. Você vende uma barrica de castanha, que chegou a R\$160, aí dá pra você comprar muito mais coisas. Então, mudaram as características e o pessoal não percebeu isso. Tem outras coisas que falta mais clareza ao pessoal lá e que devem ser discutidas com eles. Por exemplo, o pessoal da Reserva do Iratapuru,

na área certificada, consegue vender o óleo da castanha até R\$28 o quilo. Tem casos que chega até R\$32. Na área que não é certificada, eles vendem entre R\$18 e R\$24. Assim mesmo dá pra ganhar dinheiro. Eles têm problemas para cumprir os contratos, porque não conseguem receber a produção, porque os próprios extrativistas desviam para os marreteiros. E isso a gente tem dentro da Reserva Cajari. Uma das coisas que o pessoal sempre coloca como problema é que falta capital de giro. Mas, mesmo tendo capital de giro, se não tiver um acompanhamento da aplicação dos recursos de forma eficiente, vamos continuar tendo os mesmos problemas. Outro problema é o da infraestrutura. Aquela estrada que a gente vai para o Centro Novo, o trator gasta 7 horas pra ir e 7 horas pra voltar, e são apenas 57 km. Numa estrada bem feita, um caminhão rodando lá dentro, ele escoar toda a produção de castanha rapidinho. Do jeito que tá, eles dão uma viagem, o trator quebra, passa 15 a 20 dias e a castanha tá lá dentro do paiol. Os poucos ramais que os extrativistas têm são feitos no braço, na marra, porque o poder público pouca coisa tem feito.

*Filocreão:*

— Um dos problemas da Reserva é essa questão da competência entre governo federal e governo estadual.

*Pedro:*

— Tem um jeito de fazer, mas o pessoal é **frouxo**. É falta de liderança. Se fosse eu, já tinha resolvido essa questão dos ramais. Eu já teria contratado uma empresa pra tirar madeira dentro da Reserva. Chamava uma empresa, fazia um contrato de 20 anos e incluía a construção dos ramais. No momento que isso acontecesse, ia criar uma situação política. Eu digo pra eles: — Vocês não vão melhorar os ramais de vocês porque vocês são frouxos. Empresas atrás de madeira aqui tem muitas, agora é a porta do inferno, né. Olha, os documentos que tem falando da situação dos problemas dos ramais não é de hoje. Agora, o governo federal diz que não tem recurso. O governo do estado também diz que não tem recurso. Se vocês não têm recursos e o madeireiro tem, então ele vai fazer, ele vai nos comprar madeira e vai fazer os nossos ramais. Tem que ter pressão. Então, eu já teria fechado a Reserva lá na Ponte do São Pedro. Fechava lá a estrada pro Jari como forma de pressão.

CAPITAL SOCIAL

*Filocreão:*

— Em termo de capital social na Reserva, a impressão que tenho é que diminuiu, ou seja, ninguém confia em ninguém mais.

*Pedro:*

— Justamente isso. Porque a confiança, para existir, precisa de credibilidade. Se eu não acreditar no outro, então não tenho confiança de jeito nenhum. O que vai dar credibilidade numa associação é a prestação de conta. Isso aconteceu comigo no sindicato. Eu não sou daqueles que gosta de tá em bar, mas aqui acolá ia tomar uma cervejinha e passava um f.d.p. ... — Ei, cadê o dinheiro do sindicato? Tu tá gastando aí, né? Agora, isso vai mudar quando fizer a prestação de conta, entrou tanto, saiu tanto.

*Filocreão:*

— A confiança tem duas questões: uma histórica, você é uma pessoa confiável? Se você assume um compromisso comigo, você cumpre? Se você não cumpre uma primeira vez, na segunda vez eu já fico desconfiado. Naquela época, os compromissos que eram assumidos eram mais honrados. Senão, não se conseguia combater o inimigo e quebrava o movimento. E uma segunda, que se refere à trajetória não confiável de algumas lideranças, que também levaram ao aumento da desconfiança.

INVASÃO NA RESEX

*Viana:*<sup>39</sup>

— Tem ocorrido invasão na Reserva?

*Pedro:*

— Tem uma invasão muito grande dentro da Reserva, de familiares

---

39 **Aristóteles Viana** – Pesquisador da Reserva Extrativista do Rio Cajari. Em algumas entrevistas gravadas com Pedro teve participação juntamente com Filocreão.

de lá e de pessoas que estão entrando clandestinamente, inclusive com derrubadas. Às vezes eu fico puto, vou lá no CNPT e digo: — Se não tomarem uma providência, vou fazer uma denúncia na Procuradoria-Geral da República, mas não faço, eu fiquei frouxo também. A gente vai ficando velho, vai ficando mais frouxo. O pessoal da associação é o que mais peca nisso aí. Tem coisas que são convenientes para quem tá na frente da associação. Acho até que tem dinheiro que gira por trás.

*Filocreão:*

— Ou seja, é melhor fechar os olhos para essa situação.

*Pedro:*

— E eles vão ter problemas demográficos, e não vai custar muito tempo. Como se dá o assentamento humano dentro da Reserva? As pessoas foram se estabelecendo conforme a arquitetura produtiva da Reserva. Onde a área produtiva é mais intensa, lá tem mais gente. Conforme ela vai se dispersando, as famílias também vão se dispersando. Então é assim. A base produtiva já tá toda ocupada e dividida pelas famílias. É a ponta do castanhal dele, a ponta do açazal dele pro filho e pra filha que tá casando.

## CONHECIMENTO CIENTÍFICO E ECOLOGIA DE SABERES

*Filocreão:*

— Eu tenho a impressão de que os castanhais (áreas altas de terra firme) estão mais protegidos do que as áreas de açazais (áreas de várzea). Por causa do valor e da procura pela castanha e quem tem protege. Aumentou o número de famílias, mas valorizou também o recurso. Isso não tem permitido um equilíbrio dessa ocupação de famílias?

*Pedro:*

— Pois é, só que a base produtiva não cresce. Eu li um estudo de um pesquisador comparando que a ação antrópica dos castanheiros tá fazendo com que não haja uma reprodução dos castanhais. Isso, no meu entendimento, não é tão verdadeiro assim. Eu tenho estado dentro de

castanhais, onde as pessoas não têm recolhido fruto. Mas, ele tá quase na mesma situação daqueles onde se tem coletado... Tá do mesmo jeito em termos de reprodução, novos brotos... Tá do mesmo jeito.

*Filocreão:*

— Essa é a pesquisa do Carlos Peres da USP (Universidade de São Paulo). Ele chegou à conclusão, publicou na *Science*, que os castanhais da Amazônia não são sustentáveis, estão envelhecendo e não têm reposição. Quando você conversa com a população do Cajari, eles dizem o contrário, que onde é cultivado mais tem brotado a castanheira. A gente tem que pesquisar isso sob a ótica do conhecimento dos extrativistas.

*Pedro:*

— Dentro dos castanhais elas estão assim... Como num estágio de amortecimento. Elas estão escondidas. Não estão conseguindo germinar. Faz uma rocinha ali, bota fogo. Não tô defendendo o uso do fogo, mas acho que é a questão da penetração da luz solar.

*Filocreão:*

— Dá pra fazer um estudo etnográfico ou de contagem. Eu conversei com um ecólogo do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará), o Juarez, e foi encaminhado um projeto para a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e, se for aprovado, ele vai trabalhar essa questão. Vai comparar várias amostras de castanhais, mais e menos utilizados, para ver se bate a tese do Carlos Peres. Porque tem uma outra conversa também, levantada pelo antropólogo William Balée, de que esses castanhais não são nativos. Esses castanhais seriam manejados pelos índios e isso bate com que tu levantaste e refuta a hipótese do Peres. O manejo pelos índios e depois pelos extrativistas é que tem mantido a vida desses castanhais, senão eles teriam desaparecido.

*Pedro:*

— Eu acho que sempre houve a mão do humano por ali, índio ou não índio. Eu cheguei a ver tronco de cacau nativo imenso lá. Atravessando o Jari, ali pro lado dos castanhais do Paru, tem cacau quase do tamanho do cupuaçu. Eu acho que tudo isso tem que ver.

*Filocreão:*

— Temos uma boa questão ambiental aí. Dá pra fazer uma avaliação etnobotânica. Tu fazes o inventário em áreas de tamanhos iguais, castanhais manejados e não manejados. Se tu pegas o Sabazinho, por exemplo, ele te diz: — Essa muda é do ano tal... Ele sabe dizer a idade das mudas em determinada área de castanhal.

*Pedro:*

— À medida que as outras plantas vão concorrendo com a castanheira e como elas são muitas... É uma disputa muito desigual. Então há uma prevalência de determinadas espécies.

*Filocreão:*

— Pra mim, a tese do William Balée neutraliza a tese do Carlos Peres. Para o Balée, se tu não manejares os castanhais, eles desaparecem com o tempo. Se tem um local que tá tendo pouca reprodução, é porque não foi manejado. É uma coisa que eu tenho interesse em pesquisar. De repente é um trabalho que a gente pode fazer com o Benedito Rabelo do IEPA (Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá), que domina muito bem a etnobotânica, a metodologia de comparação de ambientes (inventários) e conhece como ninguém o campo.

*Pedro:*

— O Bené<sup>40</sup> é muito afetivo. Deixa de fazer uma coisa que é importante para ajudar um amigo. Me parece que isso é uma qualidade. Ele tá muito envolvido com o ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico) e gosta daquilo. O ZEE é a cara dele e não seria aquele trabalho tão bom se não fosse o Benedito. Montou uma equipe e divide todos os méritos.

---

40



**Benedito Vítor Rabelo, o Bené** – Pesquisador sem currículo lattes, para manter a simplicidade e até um certo anonimato que o caracterizam. Acalenta uma enciclopédia de conhecimentos e saberes ecológicos sobre a Amazônia, compartilhados com pesquisadores do mundo inteiro, tanto no campo da botânica quanto no ordenamento territorial. Não me canso de admirá-lo.

BAIXO E ALTO CAJARI

*Viana:*

— Dentro da Reserva existem dois macroambientes: a várzea e a floresta de terra firme. Há o entendimento dos moradores da Reserva sobre essa diversidade de ambientes e sua importância para a sustentabilidade?

*Pedro:*

— Não, um entendimento profundo, não. Porque é assim: — Quem tá no alto defende o alto; quem tá na várzea defende a várzea. Quem tá na várzea não quer ir para o alto; e quem tá no alto não quer ir para a várzea. Mas eles todos dão importância pra Reserva como todo, na sua inteireza, inclusive para aquela parte de cerrado. Agora, não há esse intercâmbio, não há uma luta do pessoal da várzea hoje, mas já houve. Na época da mobilização da estrada, o pessoal tava junto, tanto da floresta quanto da várzea.

*Filocreão:*

— Tem uma dinâmica social da castanha na terra firme e do açaí na várzea. Existe uma diversidade cultural, são diferentes, culturas diferentes.

*Pedro:*

— Deixa eu reparar um pouco isso aí, que eu acabei falando com muita contundência. Tem gente da várzea que vai tirar castanha no alto na época da castanha. Tem gente da terra firme que vai para o baixo pegar peixe na época do peixe. Há uma certa relação. Existe um problema de estrutura de deslocamento. Se sair a estrada do Ajuruxi, esse intercâmbio vai ser maior com o lago. O pessoal do baixo, de dentro do Cajari, eles vão sempre tirar castanha... Tão descobrindo novos castanhais no baixo. No médio Cajari, tem castanhais, o pessoal tá coletando. Tem essa coisa aí. Agora, o que falta para intensificar essa relação é diversificar os produtos... A andiroba, que tem no alto e tem no baixo; reativar a questão da seringa, que tem também no alto; essas coisas assim, que parece que estão se encaminhando agora.

*Viana:*

— E, em termos de esforço físico, quem trabalha mais, o pessoal do alto ou o pessoal do baixo Cajari?

*Pedro:*

— Olha, eu acho que é uma coisa pela outra. Carregar um paneiro de castanha não é simples, assim como não é simples carregar um paneiro de açaí, como não é simples carregar um paneiro de palmito *in natura*. Agora, no baixo existe mais facilidade pelo uso do igarapé, da canoa. Lá no alto é o burro. Acho que fica uma coisa mais ou menos equipada, mas isso não significa que ambos não tenham um esforço físico desmedido. Para um ser humano é um serviço desmedido.

*Filocreão:*

— E o tempo de trabalho? Na época da coleta da castanha, na terra firme, é o período em que o pessoal mais trabalha. Já na várzea é no verão. É isso?

*Pedro:*

— É, no baixo ele vai pescar, faz a rocinha na beira do rio, de culturas temporárias. Na várzea é mais misto. Mas, tem outros que em termos de esforço físico... Por exemplo, se tu pegas o pessoal ali do Itaboca, o esforço físico que eles fazem no verão pra chegar com a produção até Santa Clara, não tem água em determinados lugares, tem que colocar a embarcação pra fora d'água... Olha, eles gastam de 3 a 4 horas. Não é fácil.

*Filocreão:*

— E essa questão do balanço energético para escoamento da produção em termos do uso do burro e do trator?

*Pedro:*

— Eu fiz um levantamento na época em que os castanhais estavam no vigor produtivo. Por exemplo, com um comboio de 240 animais, eles começavam o escoamento da produção em março e terminavam em janeiro/fevereiro do outro ano. Depois daqueles 100 burros que o

Barcellos mandou pra lá, o pessoal gastava o mesmo tempo para escoar a produção. Então, quando a coisa é mal planejada... Eu discutia com eles... — Olha, quando um começa a produzir, se juntar três ou quatro e já começa a escoar a produção. Mas eles querem ir todo mundo igual. Quando precisa do burro, é na mesma época. E um burro não aguenta 12 horas contínuas de trabalho, vai morrer de estafa nas condições de lá, e morre! Um trator com aqueles arranjos que faz atrás dele, ele carrega 50 barricas de castanha, que ia precisar de 50 burros pra carregar. O burro sai mais caro que o trator.

*Filocreão:*

— Sob o ponto de vista de balanço de energia, o burro sai mais barato. O combustível fóssil não tem como renovar. O burro você alimenta com milho.

*Viana:*

— Quem depende mais de alimento externo, o pessoal do baixo ou do alto?

*Pedro:*

— Eu te diria que no inverno o pessoal do baixo importa mais alimento. O peixe tá sumido. No verão ele importa bem menos. É o contrário o pessoal do alto. À medida que ele vai para o castanhal, ele tem o recurso da caça e já não tem o recurso do peixe.

*Filocreão:*

— Mas a caça tá ficando rara no Cajari, não tá?

*Pedro:*

— Eu acho que em todo lugar do estado ela tá ficando complicada. No Cajari eu acho que ela vai custar menos, porque lá tem uma base alimentar muito boa para determinados tipos de caça. Tem a castanha, tem o murumuru, tem uma base alimentar mais ou menos grande, mas, quando tu saís dos castanhais, a caça tá desaparecendo, porque o animal se junta mais onde tem comida.

*Filocreão:*

— Tem outra questão também... Onde o cara faz o sítio dele também tem atração da caça.

*Pedro:*

— Tem a mandioca, a própria castanha que ele vai jogando pro lado, principalmente quando ele não tem cachorro, até onça vai lá.

#### POTENCIAL DOS CASTANHAIS

*Viana:*

— E o potencial dos castanhais?

*Pedro:*

— Isso se altera, né. Altera pra mais, altera pra menos. O pessoal diz lá que tem um período, em torno de três a quatro anos, em que os castanhais têm duas safras boas e uma ruim, quando não, têm duas/três ruins e uma boa. Tem uma época em que dá a praga do gafanhoto. Então, tudo isso influencia. Mas, eu te diria que mesmo assim o pessoal não tá conseguindo tirar... Ele cata, tira as nozes do ouriço e não tá conseguindo colocar no mercado. Tem se perdido lá.

*Filocreão:*

— Os castanhais da Reserva têm sido utilizados?

*Pedro:*

— Não. Eu te diria que somente uns 85%.

*Filocreão:*

— Houve uma valorização do preço da castanha. Castanhais do alto Jari, que não eram utilizados, começaram a ser explorados. Eu encontrei numa viagem dessa um garimpeiro que estava abandonando a atividade dele, reunindo o pessoal para limpar uma área para coletar castanha e levar lá para o Porto do Sabão para entregar para o Ventura. Então, em

determinada época, era mais negócio utilizar a estrutura dele para tirar castanha do que garimpar ouro.

*Filocreão:*

— Uma das questões que me preocupa é que não tem como crescer muito a produção de castanha. Pelo contrário. Se estiver enfraquecendo os castanhais, a produção tende a diminuir, mas a população tende a crescer mais ainda. Primeiro, porque abriu a possibilidade de acesso à terra. Depois, porque o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e a própria população não tão conseguindo defender o espaço que por direito é dela. Por exemplo, o Maracá tá praticamente aberto. Quem quiser entrar ali, entra. O Cajari tá mais fechado.

*Pedro:*

— A dificuldade do Maracá é o escoamento. O Maracá explora bem menos que o Cajari. O Maracá explora 7 mil barricas por ano, mas tem potencial para 15 mil.

*Pedro:*

— Tinha uma usina de energia da UnB (Universidade de Brasília) sendo montada lá, que ia ajudar na infraestrutura. Tinha também uma pousada ecológica pra pesca, mas parece que não deu muito certo.

## MINERAÇÃO NO ASSENTAMENTO

*Filocreão:*

— E essa questão da mineração dentro do Assentamento do Maracá?

*Pedro:*

— Eu ajudei o pessoal a discutir lá. A gente fez uma assembleia geral para decidir se ia permitir ou não. Optaram pela permissão. Formaram uma comissão para assessorar a diretoria, inclusive eu tô no meio, tá o Joaquim, o cara do INCRA, o menino lá da secretaria, o Cunha, uma turma lá. Só que a gente conversa uma coisa aqui com a diretoria e de-

pois a diretoria vai tomar a benção da direção da empresa e a empresa banca determinadas coisas lá pra eles. Tem aquela relação promíscua.

*Filocreão:*

— Quem tem que assumir esse papel é o INCRA. O Assentamento é de responsabilidade do INCRA. A empresa foi ocupando lá como se fosse uma área qualquer e está fazendo algumas tentativas de cooptar o pessoal lá.

*Pedro:*

— Tem que ter autorização. No processo de autorização, eu sugeri pra eles discutirem questões econômicas como compensação para, quando a empresa for embora, o pessoal ter alternativas. Essas questões sociais é obrigação do estado e da prefeitura.

*Filocreão:*

— Como a empresa entrou no Assentamento?

*Pedro:*

— O problema é que o pessoal é peixe, peixe faminto. E mantém uma relação muito promíscua. A diretoria é despreparada. Eles brigam muito entre eles. A gente discute uma coisa aqui e eles vão tomar o amém da empresa.

“TEM QUE EXPLODIR O INCRA!”

*Filocreão:*

— Como o INCRA gerencia o Assentamento? Tem um gerente?

*Pedro:*

— Não tem. No meu ver, tinha que acabar o INCRA... Explodir o INCRA. Não é implodir, é explodir mesmo. Criar outra coisa. O INCRA traz os vícios da corrupção entranhada. Papel nenhum se move lá.



*Filocreão:*

— Faz uma comparação entre a Reserva do Rio Cajari e o Assentamento do Maracá.

*Pedro:*

— Olha, se você usar como referência a variedade de produtos e as possibilidades de entrar no circuito de mercadorias, os dois têm as mesmas perspectivas. Os dois têm o mesmo potencial. Agora, quando você avalia sob o ponto de vista da organização social, eu não vejo muita perspectiva para o Maracá. As dificuldades que eles têm de enfrentar os problemas comuns de forma coletiva são muito grandes. Precisam ser ajudados e muito. A área é imensa e eles ainda não conseguiram desmembrar a associação em outras associações para que eles se organizem melhor lá dentro. Já na questão do Cajari, pelo menos uma coisa que acho bom já fizeram... Já desmembraram uma associação em três. As três associações têm melhores condições de negociar com o INCRA em algumas políticas da reforma agrária, estão negociando casas, negociando a questão da alimentação. A Reserva, com todas as dificuldades que tem, já consegue colocar no mercado a **castanha dry**. Já conseguem

penetrar em alguns órgãos, como a CONAB. O pessoal da Reserva já apresenta alguma melhoria dentro de suas casas. A Reserva tá melhor preparada para organizar sua produção.

— À época em que se discutiu a primeira fábrica, eu alertava o pessoal que financiou. Aí a vigilância sanitária fechou. A dificuldade é gerenciamento. Eu vejo que tem solução, mas deve ter um acompanhamento adequado e permanente.

#### SUSTENTABILIDADE DA RESEX

*Filocreão:*

— Como você avalia os resultados da Reserva do Cajari?

*Pedro:*

— A luta da Reserva englobou três dimensões: a dimensão ecológica, a dimensão econômica e a dimensão social. E uma, a meu ver, não tem que se sobrepor à outra. Na dimensão ecológica está implícito a questão da terra, da tranquilidade que a posse e o domínio da terra podem trazer para aquele pessoal. Ainda dentro dessa questão ecológica, penso que é a dimensão que expressa toda uma luta que houve para que aquela área não fosse desmatada, não fosse jogada no chão, não fosse convertida em plantios exóticos. Para mim, o pessoal tem conseguido manter a floresta em pé. Na dimensão econômica, o pessoal conseguiu se libertar do escambo (aviamento). Hoje já negociam a castanha deles, ou com a cooperativa, ou com o atravessador, mas já negociam diretamente, pegam dinheiro, compram num lugar, num outro. Na dimensão social, o pessoal conseguiu avançar nas escolas que foram implantadas. As escolas família, que não ficam dentro da Reserva, mas fazem parte da luta... O pessoal tá mandando os filhos, tá fazendo o curso técnico de agroextrativismo, já reconhecido pelo MEC (Ministério da Educação). Na saúde, onde a malária era grave e produzia óbito, hoje o pessoal consegue controlar. Tem melhorias no vestuário e na própria moradia. Já conseguiram ter uma **rabetinha**, outros, uma bicicleta, alguns, até moto. Então, eu acho que não tem um ponto maior que o outro. Houve

um crescimento equilibrado entre os aspectos ecológicos, econômicos e sociais.

*Filocreão:*

— Então, você considera a Reserva do Cajari viável?

*Pedro:*

— É uma realidade viável, que ainda pode dar muito e melhorar ainda mais a vida das pessoas, dos extrativistas.

*Filocreão:*

— Obrigado, Pedro.

## PEDRO RAMOS CONTINUA NA LUTA

Em 2010, Pedro Ramos embarcou num avião rumo a Nagoya, no Japão, para representar o CNS na Conferência das Partes (COP 10) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Não tinha nenhum tostão no bolso e não sabia onde ficaria, mas tudo deu certo...



...E NA RESISTÊNCIA!

Aos 80 anos, Pedro Ramos venceu a covid-19. Já passou por tantos “perengues” na vida. Eu o vejo como ele se apresenta ao Boaventura... Um marabaixista da floresta, que arrasta o pé pra lá, arrasta pra acolá e segue resistindo...

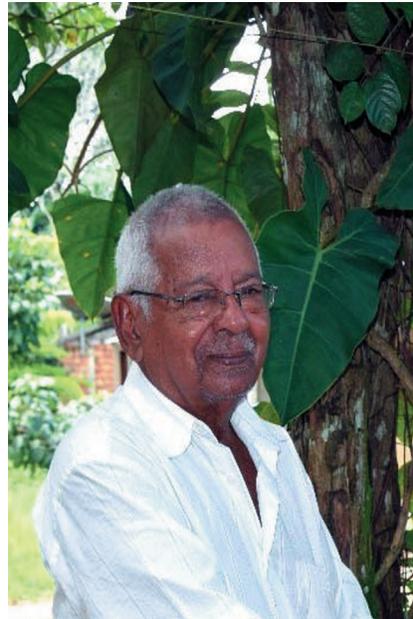


Foto: SINDSEP/AP.

SOMOS TODOS PEDRO RAMOS

DEPOIMENTOS

**Pedro Ramos**, homem que dedicou sua vida à defesa da liberdade das comunidades tradicionais da Amazônia e da garantia de seus meios de produção através dos territórios de uso coletivo.

*Joaquim Correa de Souza Belo*, ex-presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), filho do Tomé de Souza Belo.

O querido **Pedro** é um construtor de comunidades e sociedades do Bem Viver.

*Wemerson Santos*, educador popular, articulador do Comitê Amapá do Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA/AP).

**Pedro** é um bom livro de história. Um livro constantemente atualizado, novas páginas escritas, novas histórias vividas, recontadas, lutadas.

*Janaína Freitas Calado*, doutora em Ecologia, professora da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Voluntária do Comitê Amapá do Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA/AP) e ativista do Greenpeace Brasil. Mãe do Théo e da Maria Lua, e pretende mudar o mundo.

**Pedro Ramos** representa a luta dos castanheiros e seringueiros por direitos. Sua voz forte e crítica, porém generosa, transmite um período da história amazônica que necessita ser conhecida por todos.

*Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário*, economista, atua como consultora de projetos em comunidades rurais na Amazônia, tendo prestado serviços para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

**Pedro** é um lutador pela democracia e pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, das florestas e das águas. É reconhecidamente uma das principais lideranças em defesa da Amazônia e de suas gentes. Foi um dos fundadores do Conselho Nacional dos Seringueiros. Deu uma importante contribuição para levar a pauta dos agroextrativistas para toda a região amazônica, para o Brasil e para o mundo, de uma forma geral. Nesse processo, teve papel relevante no diálogo entre os saberes populares e acadêmicos. Colaborou com a elaboração do conceito e a implementação das Reservas Extrativistas, importante unidade de conservação que foi institucionalizada a partir da organização das comunidades tradicionais que nelas trabalham e vivem. Nesse processo de organização e luta, **Pedro** esteve por diversas ocasiões na UnB, participou de diversos fóruns acadêmicos, que, com sua sabedoria, orientou seus resultados e ações baseadas na realidade concreta dos trabalhadores e trabalhadoras.

*Manoel Pereira de Andrade e Enaile do Espírito Santo Iadanza.* Manoel é doutor em Agronomia e Enaile é doutora em Geografia e Planejamento Regional. Ambos são professores da Universidade de Brasília (UnB), atuando no Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM).

Com uma memória invejável e com a tranquilidade que lhe é peculiar, **Pedro** nos conta em detalhes sobre o processo de criação das Reservas Extrativistas, que ele vivenciou desde seus primórdios até sua consolidação. Sua participação no início foi crucial. Era necessário que a reforma agrária fosse associada à questão ambiental, mas o acesso à terra deveria ser condizente com os modos de vida dos extrativistas, mantendo os limites naturais da floresta, como rios e igarapés. Essa ideia de uma reforma agrária diferenciada surgiu no Amapá e também foi defendida por Chico Mendes, para preservar as áreas em torno das colocações no Acre. E, assim, em outubro de 1988 (pouco antes do assassinato do Chico), foram criados três assentamentos extrativistas no Amapá e seis no Acre. Diferentemente de Chico, Pedro sempre teve menos intimidade com a mídia, mas era muito bom em traçar estratégias e formar lideran-

ças, entre outras habilidades. Ele merece todo o reconhecimento pela sua atuação política e capacidade intelectual e criativa para pensar um modelo de proteção ambiental que incluísse as populações tradicionais locais. Por isso, muitos o consideram o “**Chico Mendes do Amapá**”.

*Janaína Deane de Abreu Sá Diniz*, doutora em Ciências de Gestão – Logística e Estratégia, professora da Universidade de Brasília (UnB).

**Pedro Ramos**, para mim, é uma representação histórica do movimento seringueiro, um povo desconhecido, uma classe trabalhadora explorada e menosprezada pelo Estado brasileiro, e que teve a grandeza e a força de lutar em defesa da Amazônia. Um herói brasileiro! Uma pessoa doce, de fala cordial, cativante. Uma liderança que jamais será esquecida. Toda minha gratidão e respeito ao Pedro por todo seu ensinamento.

*Ana Margarida Castro Euler*, doutora em Ciências Ambientais e Florestais, pesquisadora da Embrapa Amapá.

CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA PARA O  
PEDRO RAMOS DE SOUSA

Banco: ITAÚ UNIBANCO

Agência: 8529

Conta Corrente: 38774-1

CPF: 080.652.682-34 (também Pix)

Os recursos serão usados para construção de um abrigo para o Pedro na Escola Família do Carvão e para ajudá-lo em despesas médicas, de alimentação, enfim, com despesas do cuidado.

## GLOSSÁRIO

*Assentamento Agroextrativista Maracá:* Em 1987, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), após pressão política do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), reconheceu no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária a modalidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAA), criando no Amapá, no ano seguinte, o PAA Maracá com uma área unificada, em 1997, de 569.208 hectares.

*Aviamento:* É um sistema de escambo a crédito praticado na Amazônia, em que o patrão fornece mercadoria e serviços aos povos da floresta em troca de produtos extraídos da natureza (castanha, seringa, óleos, etc), criando uma relação permanente de dívida e uma rede hierárquica de dominação.

*Barrica:* Unidade de medida usada pelos extrativistas para aferir a quantidade de castanha. Uma barrica equivale a 120 litros.

*Bater a pestana:* Refletir, pensar com paciência.

*Bombou:* Fez sucesso, intenso.

*Cacoetes:* São gestos, falas e silêncios peculiares. Todos têm algum cacoete.

*Castanha amêndoa:* É o fruto da castanheira (*Bertholletia excelsa*), árvore de grande porte, frequentemente entre 30 e 50 metros, que ocorre em toda Amazônia. A castanha amêndoa fica encapsulada por um ouriço grande e arredondado. Cada ouriço contém de 15 a 25 castanhas, conhecida como castanha-da-amazônia. A amêndoa é considerada um produto de grande valor nutricional, rica em selênio, podendo ser consumida *in natura*, como ingrediente da

culinária regional e como componente de diversos produtos da indústria alimentícia e de beleza.

*Castanha dry:* Castanha com casca, desidratada.

*Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura:* Em março de 1963, o governo de João Goulart promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural, que garantia aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais os direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários já assegurados aos(as) trabalhadores(as) urbanos. Naquela época, o país vivia um momento de forte atuação política e sindical. Existiam 475 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Brasil, dos quais 220 eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Finalmente, em 22 de dezembro de 1963, trabalhadores(as) rurais de 18 estados, distribuídos em 29 federações, decidiram pela criação da CONTAG, que foi reconhecida em 31 de janeiro de 1964. Então, a CONTAG tornou-se a primeira entidade sindical do campo de caráter nacional, reconhecida legalmente (CONTAG, 2020)<sup>41</sup>.

*Conflitos agrários:* Aqui cabe uma rápida teorização sobre a resistência do campesinato, de modo a facilitar o entendimento das narrativas entre Filocreão e Pedro. Para Martins, “a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do próprio capitalismo. Que essa resistência só adquire sentido pela mediação das contradições fundamentais que contrapõem operários e burgueses, pois

---

41 CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *CONTAG: Quem Somos. A CONTAG*. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>>. Acesso em: 3 de agosto de 2020.

a questão agrária é uma entre outras expressões das contradições do capital” (MARTINS, 1981, p. 18)<sup>42</sup>.

*Encarangado*: Com movimentos travados, encolhidos.

*Engasga-Engasga*: Ação militar executada para justificar a criação da Polícia Militar do Amapá. Durante o regime de exceção imposto no Brasil, na década de 1970, foi criado no Amapá um clima de insegurança patrocinado pelos próprios agentes de governo, em que, supostamente, as pessoas eram atacadas no pescoço por terríveis terroristas que comiam criancinhas (LAMARÃO, 2006)<sup>43</sup>.

*F.d.p.*: Não posso traduzir, mas vocês conhecem.

*Frouxo*: Amolecido, flexível.

*Golpe de 1964*: Em 1964, ano do golpe, o Território Federal do Amapá era governado por um militar, que fez de tudo para se manter no poder após o golpe, perseguindo e prendendo pessoas sob a acusação de comunistas. O livro *Entre a Tortura e a Matinta Pereira: uma abordagem cultural da Ditadura Militar no Amapá*, de Dorival Santos, evidencia e analisa fatos do período<sup>44</sup>. A tese de doutorado de Lobato (2013, pp. 174-205) é outro importante documento que detalha os bastidores da política amapaense no período do Golpe

---

42 MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

43 LAMARÃO, João Nobre. *Falar Tucuju: desde o tempo do ronca*. Macapá: SEBRAE/GEA, 2006.

44 SANTOS, Dorival. *Entre a Tortura e a Matinta Pereira: uma abordagem cultural da ditadura militar no Amapá*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

de 1964 e seus desdobramentos quanto a perseguições de líderes sindicais e intervenções em organizações sociais de trabalhadores.

*Gororoba:* Mistura de comidas, nem sempre combinando.

*Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá:* Na década de 1960, o Grupo CAEMI, controladora da ICOMI, deu início a uma série de ações que tinham o objetivo de apoiar o governo do Amapá em estudos e pesquisas voltadas para o desenvolvimento regional. O IRDA, Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá, assumiu esse papel, que em muitos momentos se confundiu com o próprio governo, para não dizer de sua sobreposição. O site Wikipédia<sup>45</sup>, com base em informações do livro *A Ditadura Derrotada*, de Elio Gaspari, afirma que o fundador do Grupo CAEMI, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, “com a ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios), na década de 1970 era sócio da Bethlehem Steel e da Hanna Mining e amigo do banqueiro David Rockefeller. Fundou em 29 de novembro de 1961, junto com Antonio Gallotti, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, um dos principais conspiradores contra o presidente João Goulart, participando ativamente das articulações que culminaram no Golpe Militar de 1964”.

*Lenga-lenga:* Enrolando, demorando a tomar uma decisão.

*Marabaixista:* Quem dança o marabaixo, uma manifestação cultural dos amapaenses marcada por vários eventos ritualísticos que têm intensa participação popular e a presença de diversos atores, como tocadores de caixas (tambores), cantadores e dançarinos, sendo eles, em sua maioria, descendentes de negros que habitavam as localidades de Mazagão Velho, Maruanum, Curiaú e os bairros

---

45 Wikipédia. Augusto Trajano de Azevedo Antunes. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto\\_Trajano\\_de\\_Azevedo\\_Antunes](https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Trajano_de_Azevedo_Antunes)>. Acesso em: 3 de agosto de 2020.

do Laguinho e da antiga Favela, hoje denominado Santa Rita, em Macapá (CANTO, 2017, p. 11)<sup>46</sup>.

*Muito braba:* Difícil, violenta.

*Pavulagem:* O termo empregado no texto se refere aos valores da cultura amazônica que permitem reduzir as distâncias das desigualdades impostas pelo culturalismo racista da modernidade midiática e do clero do conhecimento acadêmico que as inferiorizam ou mesmo as invisibilizam diante da comunicação, oral e escrita, da norma culta da Casa Grande. A metodologia da pavulagem é a afirmação epistemológica desses valores, assente na suspensão das descrenças para acolher o que Paes Loureiro chama de “poética do imaginário na cultura amazônica”.

*Perrengue:* Situação de dificuldade, aperto, sufoco.

*Piãozada:* Homens e mulheres simples, do povo.

*Projeto RESEX do PPG7:* Fez parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). O Programa Piloto foi proposto pelo Grupo dos Sete (G-7), em Houston, Texas (EUA), em 1990, aprovado pelo G-7 e pela Comissão Europeia em dezembro de 1991 e oficialmente lançado no Brasil em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92. Segundo o decreto que o instituiu, o PPG-7 consistia em um conjunto de projetos integrados do “governo federal e da sociedade civil brasileira” com o apoio técnico e financeiro da comunidade financeira internacional, com objetivo

---

46 CANTO, Fernando. *O Marabaixo através da História*. Macapá: Editora Printgraf, 2017.

de implementar um modelo de desenvolvimento sustentável em florestas tropicais brasileiras (CUNHA; LOUREIRO, 2012)<sup>47</sup>.

*Rabetinha:* Pequena embarcação usada na Amazônia e conduzida manualmente com suporte de um motor tipo rabeta.

*Relações estúrdias:* Relações desconfiadas, distantes.

*Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru:* É uma unidade de conservação estadual criada em 1997, com uma área de 806.184 hectares e inspirada no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), foi implementada na primeira gestão de João Alberto Capiberibe como governador do Amapá (1995-1998).

*Reservas Extrativistas:* O conceito de Reserva Extrativista surgiu de um movimento social amazônico, liderado por Chico Mendes, que tomou corpo na década de 1980, combinando reivindicações de seringueiros e castanheiros expulsos de seus territórios tradicionais, à resistência contra a destruição das florestas em que viviam e das quais obtinham a vida (ALMEIDA, ALLEGRETTI, POSTIGO, 2018, p. 27<sup>48</sup>).

*Reserva Extrativista do Rio Cajari:* Criada em 1990, com uma área de 501.771 hectares, a Reserva teve sua origem vinculada à atuação do Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais (IEA), liderado

---

47 CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Frederico. *Estado Educador: uma nova pedagogia da hegemonia nas reservas extrativistas*. Revista Katálysis, vol. 15, n. 1, 2012. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802012000100005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000100005)>. Acesso em: 27 de agosto de 2020.

48 ALMEIDA, Mauro Barbosa; ALLEGRETTI, Mary Helena; POSTIGO, Augusto. *O Legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas*. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, vol. 48 – Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, novembro de 2018, pp. 25-49.

pela antropóloga Mary Allegretti, e do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), tendo à frente o líder extrativista Pedro Ramos.

*Séjour:* Autorização de residência temporária para estrangeiro em território francês.

## EQUIPE

## O AUTOR



**Marco Antonio Chagas** é professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) vinculado ao curso de Ciências Ambientais e ao mestrado em Desenvolvimento Regional. Formado em Geologia, com mestrado em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB) e doutorado em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Trabalhou na Secretaria de Meio Ambiente do Amapá, onde coordenou o projeto de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, e no Ministério do Meio Ambiente como consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), atuando no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). Atualmente tem se dedicado à pesquisa e à extensão sobre a política ambiental e as epistemologias do Sul. Do vera, gosta mesmo é de consertar brinquedos, de jogar basquete, de pedalar com a turma do Pacha Mama (Adalberto Ribeiro, Benedito Alcântara, José Tostes e Ricardo Lima) e de ficar em casa com a família.

## O ENTREVISTADOR



**Antonio Sérgio Monteiro Filocreão** é professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) vinculado ao curso de Ciências Sociais e ao mestrado em Desenvolvimento Regional. Formado em Agronomia, com mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutorado em Desenvolvimento Socioambiental pelo

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Trabalhou na organização da extensão rural no Amapá e exerceu o cargo de secretário de Meio Ambiente do Amapá na gestão do governador João Alberto Rodrigues Capiberibe. Em toda a sua vida profissional tem se dedicado à pesquisa e à extensão no campo da Economia Agrária, com ênfase em recursos naturais e agroextrativismo na Amazônia. Atualmente tem se dedicado a estudar informática com sua filha Bibi, de 6 anos.

#### O ILUSTRADOR



**Honorato Júnior** é artista plástico, formado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). É professor no Centro de Educação Profissional em Artes Visuais Cândido Portinari e membro integrante da Galeria de Artes Visuais Samaúma, no estado do Amapá. É ilustrador da revista em quadrinhos *Os Cabuços*, que retrata o cotidiano de dois irmãos ribeirinhos da Amazônia.

Gosta de cozinhar, dançar brega, tomar um bom vinho, assistir filmes de ação e pintar aquarelas.

Mano Pedro, de Marco Antonio Chagas, foi projetado e composto pelo Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal. A fonte é a Spectral, corpo 10,5, desenhada em 2017 pela Production Type, de Paris, inspirada no tipo Elzévir Nº 9, cunhado em 1882 pela Warnery Frères.

O livro foi impresso em papel polén soft 80g/m<sup>2</sup> nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em novembro de 2021, de acordo com o programa editorial do Conselho Editorial do Senado Federal.

Secretaria de Editoração  
e Publicações



A região sul do estado do Amapá, na fronteira com o Pará, pode ser considerada um verdadeiro laboratório para pesquisa socioambiental. A história da apropriação de terras do Projeto Jari e os consequentes conflitos pela reconfiguração do espaço como resultado das lutas de comunidades extrativistas para criação de unidades territoriais voltadas para o uso sustentável constituem elementos que motivam pesquisas interdisciplinares. Nesse cenário de conflitos permanentes, de lutas por direitos cognitivos e por políticas públicas, os governos, federal e do Amapá, entre as décadas de 1980 e 1990, criaram unidades territoriais de uso especial, especificamente o Assentamento Agroextrativista Maracá (PAA Maracá), a Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX Rio Cajari) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDS do Rio Iratapuru).

Estas unidades territoriais foram criadas em um momento histórico de intensos debates e embates do socioambientalismo na Amazônia, com destaque para o movimento dos seringueiros liderado por Chico Mendes, Pedro Ramos e apoiado por uma rede de solidariedade global. Naqueles tempos, os trabalhadores rurais também se organizaram no Amapá e se fizeram presentes por meio de conquistas em favor do direito de viver em áreas fora do sistema capitalista dominante na região.

Na década de 1980, com a ascensão do movimento socioambiental na Amazônia verificou-se, e a sociedade se deu conta, da capacidade de organização e de luta de comunidades que até então eram invisibilizadas pela negação de alternativas políticas e de direitos, principalmente à terra, como os pequenos agricultores, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros e outros grupos sociais.



Baixe gratuitamente  
este livro em seu celular

Encontre este livro gratuitamente em formato  
digital acessando: [livraria.senado.leg.br](http://livraria.senado.leg.br)

SENADO FEDERAL

